



SEGUROS

Relatório e Contas 2010

ÍNDICE

Relatório do Conselho de Administração	3
Demonstrações Financeiras	17
Anexos às Demonstrações Financeira	25
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	105
Certificação Legal de Contas	109
Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário ...	113

Relatório
Do
Conselho de Administração

Exmos. Senhores,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2010.

Envolvente macro-económica

Economia Internacional

A economia mundial recuperou mais rapidamente, em 2010, após a forte recessão de 2009. O FMI estima que a economia mundial tenha crescido 4,8%, assim retomando os ritmos observados no período imediatamente anterior ao início da crise financeira.

O ritmo de crescimento não foi uniforme ao longo do ano, tendo-se assistido a uma aceleração bastante pronunciada no primeiro trimestre do ano, período em que a generalidade das economias registou já taxas de variação homólogas positivas. Esta recuperação da actividade beneficiou do significativo volume de ajudas públicas adoptado no segundo semestre de 2009.

A dissipação deste factor, no segundo trimestre, resultou numa desaceleração do crescimento, que se tornaria mais acentuada no início do Verão.

Crescimento Económico Mundial			
	2008	2009	2010
Mundo	2.8	3.0	4.8
Países Avancados	0.2	-3.2	2.7
EUA	0.0	-2.6	2.6
UEM	0.5	2.6	-3.9
Reino Unido	-0.1	-4.9	1.7
Japão	-1.2	-5.2	2.8
Países em Desenvolvimento	6.0	2.5	7.1
África	5.5	2.6	5.0
Ásia	7.7	6.9	9.4
China	9.6	9.1	10.5
Europa de Leste	3.0	-3.6	3.7
Médio Oriente	5.0	2.0	4.1
América Latina	4.3	-1.7	5.7
Brasil	5.1	-0.2	7.5

Fonte: FMI (Outubro de 2010)

Já no final do Verão, observou-se de novo uma reaceleração do crescimento, de forma relativamente generalizada, mas mais perceptível nos mercados emergentes e nas economias desenvolvidas que têm maiores fluxos comerciais com aqueles, como a Alemanha. O ano terminou, desta forma, com sinais de reanimação da actividade, o que deixa perspectivas favoráveis para o ano de 2011.

O ritmo de crescimento também não foi uniforme entre as principais economias, com os mercados emergentes a manterem taxas de crescimento bastante sólidas, nomeadamente a China, mas também o Brasil.

Nos EUA, o perfil de crescimento caracterizou-se por uma desaceleração face aos ritmos de final de 2009, e que foi mais pronunciada no 2T, fruto também do fim de várias medidas de estímulo económico (como os benefícios fiscais à aquisição de habitação própria). Esta situação gerou receios de que a economia pudesse estar a entrar numa nova fase recessiva, pelo que a Reserva Federal adoptou novas medidas de estímulo, nomeadamente a decisão de ampliar a aquisição de dívida pública.

Adicionalmente, a Reserva Federal manteve a sua política de taxas de juro de referência em mínimos históricos, com o compromisso de manutenção nestes níveis por um período de tempo prolongado.

No Reino Unido, a economia saiu da recessão, no segundo trimestre do ano, com uma aceleração da actividade basicamente suportada pelo consumo privado (com o desemprego estável), investimento (a beneficiar, em parte do mercado imobiliário) e das exportações (que colhem ainda os frutos da depreciação da libra).

O Banco de Inglaterra manteve, também, inalterada a política monetária, em termos de taxas de juro de referência (que permanece no mínimo de 0,5%), bem como de política quantitativa, tendo decidido manter também inalterados os montantes destinados ao programa, em 200 mil milhões de libras esterlinas.

O novo Governo britânico anunciou um conjunto de medidas destinado a reduzir o défice orçamental em 2011, partindo de níveis historicamente elevados de 10,5% do PIB em 2010.

Na zona euro, a actividade económica acelerou também, embora de forma ainda desigual entre países. O conjunto dos 16 países cresceu 1,9%, em termos homólogos, no terceiro trimestre, com a Alemanha e França a destacarem-se como duas das economias mais dinâmicas, com taxas de crescimento de 3,3% e 1,3%, respectivamente, enquanto a Grécia e a Irlanda ainda registaram taxas de variação negativas. A Espanha já saiu da condição de recessão técnica, com o PIB a crescer 0,2% em termos homólogos.

	PIB	Inflação
UEM	1.7	1.6
Alemanha	3.3	1.3
França	1.6	1.6
Espanha	-0.3	1.5
Itália	1.0	1.6

Fonte: FMI (Outubro de 2010)

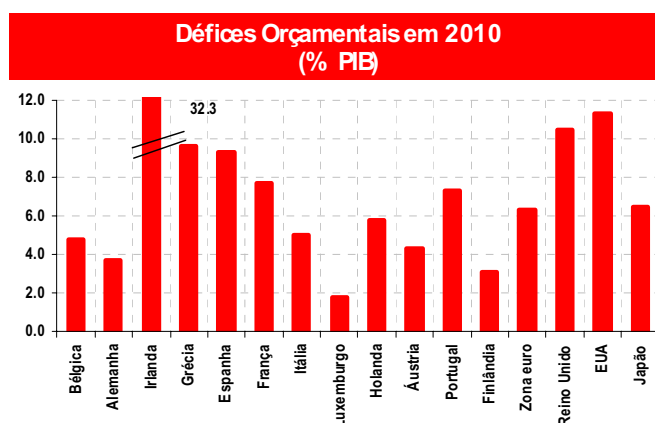
Em resultado, o ritmo de deterioração das condições no mercado de trabalho abrandou, com a taxa de desemprego a subir para 10,1% em Novembro (face a 9,9% no final de 2009). De qualquer modo, a confiança dos consumidores permanece em níveis deprimidos, agora afectada pelas perspectivas de políticas orçamentais mais restritivas, seja por contenção da despesa pública, seja por um aumento da carga fiscal.

Esta alteração da orientação da política orçamental foi determinada pela situação na Grécia, com um défice de 15,4% do PIB, superior ao esperado, que resultou na impossibilidade de financiamento em mercado e consequente necessidade de um plano de apoio europeu, com o FMI, destinado a assegurar as necessidades de financiamento da Grécia até pelo menos 2012.

Este plano não foi suficiente para acalmar os mercados financeiros, que começaram a temer que outros países do Sul da Europa (e, em especial Espanha e Portugal) tivessem igualmente dificuldades de acesso aos mercados de dívida e se vissem impossibilitados de financiar-se. No final de Abril e início de Maio este sentimento resultou numa subida bastante pronunciada nos *spreads* de crédito exigidos aos soberanos do Sul da Europa, para todo o espectro de maturidades.

Em resposta, a União Europeia, com o apoio do FMI e do BCE, anunciou um novo plano, com a criação de um fundo global orçado em 750 mil milhões de euros, que asseguraria as necessidades de financiamento de Portugal, Espanha e Irlanda até 2012. Em resultado, os países anunciaram novas medidas de redução do défice orçamental, com Portugal e Espanha a anteciparem as metas inicialmente anunciadas para 2013.

No final do Verão, assistir-se-ia a uma segunda vaga da “crise soberana”, que resultou novamente na subida pronunciada dos *spreads* de crédito, para níveis próximos dos verificados em Maio. Portugal e Espanha anunciaram mais um pacote de medidas, incluídas nos Orçamentos do Estado para o ano de 2011, de forma a assegurar as metas anunciadas anteriormente. Mas a Irlanda ficou na linha de fogo, depois de mais um plano de resgate do sector financeiro.



Fonte: CE

Adicionalmente, os líderes europeus discutiam a criação de um novo mecanismo permanente de apoio, que substitua o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) após 2013, com a Alemanha a colocar como condição que os investidores privados assumam responsabilidades em caso de reestruturação da dívida soberana de um Estado-membro.

No final de Novembro, a forte deterioração das condições de mercado levou a Irlanda a pedir apoio ao FEEF, com um pacote de ajuda orçado em 85 mil milhões de euros, que asseguram as suas necessidades de financiamento até 2013. Em contrapartida, a Irlanda anunciou mais um conjunto de medidas destinadas a reduzir o défice orçamental, com novas reduções da despesa, incluindo salários e despesa social, e subidas de impostos, excepto o IRC.

Simultaneamente, os líderes europeus acordaram as bases do novo mecanismo de apoio financeiro.

O BCE, por seu lado, e no âmbito das medidas de apoio aos mercados financeiros, iniciou um programa de aquisição de dívida pública de alguns países europeus, de forma a procurar restabelecer o normal funcionamento dos mercados de dívida. Até ao final do ano, o BCE adquiriu cerca de 74 mil milhões de euros de dívida soberana. Fruto desta segunda intervenção, as taxas de juro de Portugal e Espanha desceram, destacando-se a *yield* dos 10 anos de Portugal, que caiu dos 7,5% para 5,8%. Posteriormente, retomaria níveis em redor de 6,5%.

Igualmente em resposta ao agravamento das condições nos mercados financeiros, o BCE adiou, por três vezes, o término das operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses até ao final do primeiro trimestre de 2011.

Ainda assim, estas medidas não foram suficientes para repor a confiança nos mercados, pelo que desde Maio se assistiu a uma redução significativa das linhas de crédito às instituições

financeiras destes países por parte de outros bancos. Esta situação veio a materializar-se numa diminuição drástica do acesso aos mercados de curto prazo, também para os bancos portugueses, que tiveram, deste modo, que passar a refinarçar-se junto do BCE. O montante de financiamento obtido junto do BCE pelo sistema bancário atingiu cerca de 39 mil milhões em Novembro.

Também ao nível dos mercados de médio e longo prazo se assistiu a uma deterioração das condições e acesso por parte das instituições financeiras nacionais, com uma subida bastante pronunciada dos *spreads* de crédito em mercado secundário, além da completa impossibilidade de realizar emissões de dívida em mercado primário.

Nos mercados monetários, as taxas de juro permaneceram em níveis historicamente baixos. Nos EUA, houve uma subida moderada das taxas de mais curto prazo durante o Verão, mas que se anulou após os sinais de abrandamento da actividade económica, e a decisão da Reserva Federal em ampliar a aquisição de dívida pública.

Na zona euro, a taxa Euribor 3 a meses subiu de cerca de 0,6% no segundo trimestre até 1,05% no final do ano. O ritmo de subida das taxas Euribor abrandaria no final do ano, na sequência da extensão da cedência ilimitada de liquidez até ao final do primeiro trimestre de 2011.

As taxas de juro de longo prazo, para os EUA e Alemanha, testaram níveis mínimos históricos, abaixo de 2.5%. Essa situação reflectiu, por um lado, um movimento de fuga para a qualidade, na Europa, na sequência da crise soberana e, por outro, as medidas extraordinárias adoptadas pelos bancos centrais, com a aquisição de dívida pública, em especial nos EUA. Apesar da subida ocorrida no terceiro trimestre, as taxas de juro de longo prazo fechariam o ano abaixo dos níveis de final de 2009.

Excepção feita aos países periféricos, onde, na sequência da deterioração das perspectivas orçamentais e receios de necessidade de aceder ao FEEF, as taxas de juro subiram para os níveis mais elevados desde a criação do euro, em 1999, o mesmo sucedendo com os *spreads* de crédito soberano, que fecharam o ano em máximos históricos, acima inclusive dos níveis observados em Maio, quando a crise soberana teve início.

A aceleração da economia mundial, em especial o forte crescimento nos mercados emergentes, suportou a subida dos preços das matérias-primas, de forma relativamente generalizada, para os níveis mais elevados desde o pico de 2008. Destaque para o petróleo, que subiu 20%, excedendo os 95 dólares por barril no final do ano.

A mesma tendência foi verificada para os metais de base, com o cobre a subir para 9,600 dólares, o nível mais elevado de sempre.

As tensões relacionadas com a crise soberana e os receios quanto a um “double dip” nos EUA afectaram também o comportamento dos mercados accionistas, os quais, de forma quase generalizada, fecharam negativos no ano. A excepção foi o mercado norte-americano, que, com uma valorização de 10,8%, recuperou para os níveis observados no início de Setembro de 2008, mesmo antes da falência do banco de investimento Lehman Brothers, bem como a Índia, onde o índice bolsista valorizou 18%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa acelerou mais do que o esperado, em 2010, podendo registar um crescimento de 1,4%, após a contracção de 2,6% observada em 2009.

Os principais contributos para o crescimento, em 2010, provieram da procura interna, em grande medida, com alguns factores pontuais a penalizarem o contributo das exportações líquidas.

Dados Macroeconómicos			
	2008	2009	2010E
PIB	0.0	-2.6	1.4
Consumo Privado	1.8	-1.0	1.8
Consumo Público	0.8	2.9	6.8
Investimento	-0.3	-14.1	-5.0
Exportações	-0.3	-11.8	7.0
Importações	2.8	-10.9	6.3
Inflação média	2.6	-0.8	1.4
Desemprego	7.6	9.5	10.9
Défice público (% do PIB)	2.9	9.3	7.3
Dívida pública (% do PIB)	65.3	76.1	82.8
BTC (% do PIB)	-11.1	-9.4	-8.8

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta

O consumo privado acelerou bastante, devendo ter crescido cerca de 1,8% em 2010. Para esta melhoria contribuiu, por um lado, a melhoria do rendimento disponível, associada aos baixos níveis de taxas de juro, bem como maiores transferências do Estado para as famílias; e, por outro lado, a antecipação da aquisição de bens duradouros, em especial automóveis, em Junho e em Dezembro, antes dos aumentos do IVA em Julho de 2010 e Janeiro de 2011.

Esta aceleração da procura ocorreu mesmo num quadro de aumento do desemprego, que atingiu o máximo histórico de 10,9%, no terceiro trimestre de 2010, com o número total de desempregados a ultrapassar as 600 mil pessoas. A taxa de poupança permaneceu nos níveis mais elevados desde 2002, próximo de 11%, embora caindo ligeiramente durante o ano.

A inflação acelerou para 1,4%, em média anual, fruto quer da subida dos preços nas classes de alimentação e de transportes (reflectindo a subida dos preços das matérias-primas), quer da subida do IVA. A taxa homóloga no final do ano situou-se em 2,5%.

O consumo público registou uma forte aceleração em 2010, devido em grande medida à aquisição de material militar.

O investimento voltou a contrair em 2010, em cerca de 5%, afectado, por um lado, pelas medidas de contenção orçamental e, por outro lado, pelos efeitos da deterioração das condições nos mercados financeiros, com condições mais restritivas na concessão de crédito.

A questão orçamental foi um tema dominante durante todo o ano de 2010. A deterioração da percepção de risco no conjunto da zona euro exigiu, por parte do Governo, progressivas novas medidas destinadas a reduzir mais agressivamente o défice orçamental.

De uma meta inicial de 8,3% do PIB para o défice de 2010, o Governo viria, em Maio e na sequência do início da “crise soberana” a definir uma meta de 7,3% do PIB. Para isso, anunciou um conjunto de medidas, incluindo o aumento de todas as taxas de IVA em 1pp, o aumento do IRS em 1,0/1,5% (para rendimentos abaixo/acima de 1.500 euros mensais) e o aumento do IRC em 2,5pp para rendimentos colectáveis superiores a 2 milhões de euros.

Do lado da despesa, as medidas incluíram a redução do investimento público e das transferências para as empresas públicas, e a redução das transferências para as famílias (revisão da política do medicamento e teste de meios para as prestações sociais não contributivas).

No final do ano, o Governo anunciou um novo pacote de medidas, incluído no Orçamento do Estado para 2011, com mais redução da despesa (e já com uma redução dos salários na Função Pública) e um novo aumento dos impostos. A meta pública é de reduzir o défice para 4,6% do PIB.

O Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros, através da emissão de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro, num total de 38 mil milhões de euros, dos quais 27 mil milhões já no período de maior tensão, após meados de Abril.

O défice da balança corrente e de capital caiu ao longo do ano, tendo-se situado em 4,3% do PIB no 3T2010 (8,9% no ano terminado no trimestre), fruto de uma redução mais pronunciada do défice da balança de bens e serviços, bem como de uma ligeira melhoria no défice da balança de rendimentos.

Principais riscos e incertezas para 2011

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2011 são de duas ordens, uma de origem doméstica, outra internacional.

A nível internacional, destacam-se as perspectivas de crescimento na zona euro, caso as medidas de contenção orçamental que já foram anunciadas de forma generalizada afectem a actividade.

A nível doméstico, as incertezas estão relacionadas com a política orçamental e o seu impacto sobre a actividade económica. A necessidade de reduzir o défice orçamental para 4,6% do PIB em 2011 implicou a adopção de medidas mais restritivas, como a redução dos salários na Função Pública e das transferências para as famílias. As perspectivas de redução do rendimento disponível conduziu a confiança dos consumidores para mínimos históricos, e levou os empresários a repensar as decisões de investimento para 2011, o que pode ter impactos ao nível do desemprego. A procura interna, em consequência, deverá registar uma forte contracção em 2011. Os riscos continuam negativos, caso se revele necessário adoptar novas medidas de contenção orçamental, que podem ampliar a contracção da actividade.

Relacionado com este factor está o acesso dos agentes económicos nacionais aos mercados financeiros internacionais. A República tem conseguido financiar-se, mas com custos bastante mais elevados.

O regresso de um clima de confiança aos mercados internacionais que permita o retorno das Instituições Financeiras Nacionais ao financiamento internacional exige que o Estado cumpra os planos de redução do défice público que se propôs e que dependem do incremento da receita fiscal, mas sobretudo da redução sustentada da despesa pública.

A Evolução do Sector Segurador em Portugal

O sector segurador registou uma melhoria significativa ao nível dos resultados: € 406,1 M em 2010 contra € 260,5 M em 2009, devido à contribuição do ramo vida que aumentou 70% para € 388,6M. O ramo não vida contribui com € 61M e os ramos não técnicos com - € 43M.

A taxa de sinistralidade do ramo não vida evoluiu negativamente para um total de 75,3%, contribuindo para esta evolução desfavorável o sector automóvel, acidentes de trabalho, doença e “incêndio e outros danos”.

O rácio combinado deste ramo aumentou para 103,9%, sendo os resultados financeiros que influenciam os resultados positivos globais.

O total do activo do sector baixou 3,1% e o passivo sofreu um acréscimo de 3,8% pelo que os

capitais próprios se reduziram 6,1%, tendo a margem de solvência diminuído de 200% em 2009 para 178% em 2010 (um excesso de € 1,8bn face à margem de solvência exigida de € 2,3bn).

O total da carteira de investimentos das seguradoras ascendia a € 58.274 milhões de euros, dos quais 67,8% investidos em obrigações (€ 6 bn em Dívida Pública Portuguesa), 8,2% em depósitos em bancos e 3,3% em acções.

O mercado segurador registou uma aceleração na produção de 12%, devido ao nível de expansão do segmento Vida, de 17%, corolário do modelo bancassurance de grande sucesso, mantendo-se constante a produção do ramo não vida.

O peso dos seguros na economia (produção no PIB) aumentou de 8,9% para 9,7% (5,7% em 2000).

Na estrutura da produção não vida o sector automóvel representa 40%, “incêndio e outros danos” 18% e “acidentes de trabalho” 15%.

No ramo vida, na produção de seguro directo, os PPR representam 27%, os seguros de vida ligados representam 19% e os seguros de risco, mistos e não ligados (não PPR) representam 54%.

A taxa de crescimento dos PPR foi de 3,3%, atingindo 3.252 milhões de euros mas tendo decrescido no último semestre por reorientação dos mediadores para depósitos bancários, tendo quase duplicado relativamente a 2007.

No que respeita os seguros de vida risco e mistos, a produção cresceu 3% em 2010 e os seguros de capitalização 56,6%, sendo esta evolução explicada pela maior atracção dos investidores a produtos de seguros com risco de investimento muito reduzido.

Mercado Segurador em 2010

	2006	2007	Valor 2008	2009	2010	07/06	Variação anual		
							08/07	09/08	10/09
PPRE	1 961,3 €	1 720,8 €	2 465,9 €	3 147,6 €	3 252,5 €	-12,26%	43,30%	27,65%	3,33%
-Seg Vida	1 509,4 €	1 303,8 €	1 899,3 €	2 728,8 €	3 028,3 €	-13,62%	45,67%	43,67%	10,97%
- Ligados a Fundos de	451,9 €	417,0 €	566,5 €	418,7 €	224,2 €	-7,73%	35,87%	-26,09%	-46,46%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento (exclui PPR)	2 932,9 €	2 816,2 €	4 317,4 €	2 767,2 €	2 348,1 €	-3,98%	53,31%	-35,91%	-15,14%
Outros	3 876,4 €	4 829,3 €	4 221,5 €	4 512,3 €	6 572,8 €	24,58%	-12,59%	6,89%	45,66%
- Risco Mistos	929,8 €	835,9 €	944,7 €	918,0 €	945,6 €	-10,10%	13,02%	-2,83%	3,02%
- Capitalização	2 946,6 €	3 993,5 €	3 276,8 €	3 594,3 €	5 627,2 €	35,53%	-17,95%	9,69%	56,56%
Total Vida	8 761,5 €	9 366,3 €	11 004,7 €	10 427,0 €	12 173,4 €	6,90%	17,49%	-5,25%	16,75%
Total Não Vida	4 360,4 €	4 381,6 €	4 321,0 €	4 131,6 €	4 168,5 €	0,49%	-1,38%	-4,38%	0,89%
Total	13 121,9 €	13 748,0 €	15 325,8 €	14 558,6 €	16 341,9 €	4,77%	11,48%	-5,01%	12,25%

Valores em milhões de €
Fonte: APS

A Actividade da Santander Totta Seguros em 2010

A actividade de seguros do ramo vida, explorada pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida S.A., pautou-se por um melhor conhecimento ao nível da informação de cliente, permitindo um modelo de distribuição melhor adaptado aos segmentos de cliente, das suas necessidades, perfis, vontade e potencialidades.

A par da disponibilização de produtos de vida risco de gama simples, vinculados ao crédito ou a outros produtos bancários, manteve-se o especial enfoque à disponibilização de produtos

orientados para a protecção de vida e para a protecção ao crédito, comercializados pelo banco em “open market”, em simultâneo com a adequação do modelo de venda.

Relativamente aos seguros de vida financeiros, é de destacar o lançamento mensal de Seguros Financeiros denominados Plano Rendimento, sob a forma de Seguros Icaee não normalizados, divididos em unidades de participação (*unit linked*), que pretendem proporcionar um retorno mensal, trimestral ou semestral (calculado com base no montante subscrito e pago sob a forma de resgate parcial), tendo o volume total comercializado ascendido a cerca de 986 milhões de euros.

No âmbito dos seguros de vida risco comercializados em open market, de salientar o produto **Plano Protecção Emprego** - um seguro de vida com cobertura de desemprego, sendo o segmento alvo os clientes de crédito à habitação que não possuam este tipo de protecção, tendo a sua comercialização ascendido a 11.900 Planos em 2010.

De realçar ainda o **Plano Vida**, produto destinado ao segmento de mercado massivo, com mais de 36.000 planos vendidos em 2010.

Com o objectivo de adequar este seguro às necessidades e segmentação de Clientes, foi disponibilizada uma opção de redução de capital seguro para Clientes com idades a partir dos 45 anos.

Para o segmento Premium, foi criado o Plano Vida Premium, com mais valor acrescentado para o cliente, através de uma oferta da cobertura 2ª Opinião Médica da Best Doctors.

No 4º Trimestre de 2010, a Campanha Soluções Integradas veio conferir à rede, de uma forma global, organizada e focada, uma maior dinâmica comercial em cross-selling, que conduziu a um acrescido alinhamento entre necessidades de protecção e poupança e oferta de produtos, com um aumento significativo na produção de seguros.

A campanha abrangeu as várias necessidades de protecção do Cliente, apresentando os melhores seguros de protecção e poupança:

- Disponibiliza ao cliente os melhores seguros de vida, emprego, saúde e habitação, podendo ainda o cliente beneficiar de uma oferta no seguro de recheio.

- Quanto à poupança, reforçou-se a gama de produtos com o lançamento de um novo PPR e reformulação de um Seguro de Poupança:

- O seguro **PPR Triunfo**, dirigido à poupança reforma, oferece capital garantido e uma rentabilidade muito competitiva. Além disso, para os clientes que queiram transferir os seus planos de reforma para este seguro, o banco facilita a transferência a partir de outras entidades.

- O **Seguro Poupança SUB -18**, para as poupanças dos mais jovens, com total flexibilidade, taxas atractivas e um bom seguro de vida (duplica o saldo em caso de falecimento).

De salientar a produção do PPR Triunfo que no 4º Trimestre ascendeu a 41.000 apólices de seguro.

O valor dos prémios emitidos e contribuições para contratos de investimento alcançou o montante de 1.197 milhões de euros, um incremento de 30% relativamente a 2010. Nos seguros de risco e mistos, apesar do menor volume de nova produção de seguros de vida vinculados aos empréstimos ao consumo (decorrente do decréscimo em crédito ao consumo), registou-se um aumento de 1% em prémios relativamente a 2010, com um valor de 118,4 milhões de euros, decorrente da estratégia de diversificação de comercialização de seguros em “open market”.

Relativamente a 2010, a margem técnica e as comissões pagas à rede tiveram um incremento de 4,4% e de 3% respectivamente. O total de comissões de seguros distribuídos à rede ascendeu a 102,4 milhões de euros em 2010.

A Santander Totta Seguros atingiu um resultado antes de impostos de 29 milhões de euros, A companhia manteve a venda de produtos financeiros em complementaridade ao leque de produtos comercializados pelo banco, tendo atingido a quota de mercado de 12,8% em seguros de capitalização e de 12,5% em produtos tradicionais, em prémios brutos emitidos e entregas para contratos de investimento.

De salientar a excelência na articulação do modelo “bancassurance”, derivada da eficaz coordenação da rede comercial em sintonia com a companhia de seguros, o foco nos temas de qualidade, centrando-se as preocupações na satisfação de clientes externos e internos e no desenvolvimento da implementação do modelo de controlo interno.

Os seguros financeiros totalizaram 1.078,6 milhões de euros um aumento de 33,5% relativamente ao período homólogo.

tendo a contribuição para o Grupo, medida pelas comissões às redes e resultado antes de impostos, atingido 131,3 milhões de euros, destacando-se os aumentos de 6,2% no Resultado antes de Impostos e de 2,9% nas comissões.

<i>Milhões de Euros</i>			
Prémios emitidos	2009	2010	Var.
Contratos de Seguros			
Seguros de Vida excepto PPR/E	116,8	122,3	+ 4,7%
PPR/E	44,2	59,2	+ 33,9%
Acidentes Pessoais	1,4	1,6	+ 14,3%
Contratos de Investimento			
Seguros de Poupança excluindo PPR/E	750,7	1.004,2	+ 33,8%
PPR/E	12,2	9,7	- 20,5%
Total	925,3	1.197	+ 29,4%

O activo líquido da Santander Totta Seguros atingiu, em 31 de Dezembro de 2010, 5.093 milhões de euros, uma diminuição de 0,8% face ao ano anterior.

O volume total de activos financeiros geridos atingiu 5.028,3 milhões de euros, uma diminuição de 0,8% face a 2009, mantendo a política de investimentos os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos activos.

As provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros totalizam 4.781,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 contra 4.783,5 milhões de euros em 2009.

A taxa de cobertura da margem de solvência cifrou-se em 150% em 31 de Dezembro de 2010, considerando a proposta de distribuição de lucros.

O resultado da conta técnica alcançou os 30,3 milhões de euros contra 27,5 milhões no ano anterior.

O número de colaboradores efectivos e com contrato a termo certo era de 57 a 31 de Dezembro de 2010.

Os principais indicadores de rendibilidade e eficiência apresentam valores bastante favoráveis, como se apresenta:

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010
Custos de funcionamento / margem técnica antes comissões	10,5 %	7,2%	5,7%	5,9%	5,9%
Capitais Seguros (10^6€) / N° médio de Colaboradores	247	291	329	351	352
Resultado Líquido / Capital Próprio	12,2 %	49,6 %	26,8 %	17,7 %	17,4 %
Resultado Líquido / Activo Líquido	0,3%	1,1%	0,5%	0,4%	0,4%

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Santander Totta Seguros foi de € 20.677.902,13 (vinte milhões, e seiscentos e setenta e sete mil novecentos e dois euros e treze cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- €2.067.790,22 (dois milhões e sessenta e sete mil setecentos e noventa euros e vinte e dois cêntimos) para Reserva legal;
- €4.435.111,91 (quatro milhões e quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e onze euros e noventa e um cêntimos) para resultados transitados;
- €14.175.000,00 (catorze milhões e cento e setenta e cinco mil euros) para distribuição de dividendos ao accionista Santander Totta, SGPS, correspondente a €0,3 por acção, de resultados transitados, por se encontrarem reunidas as condições legais que possibilitam a distribuição.

Perspectivas para 2011

Para o ano de 2011, a Companhia perspectiva:

- Maior diferenciação na oferta de produtos de vida risco
- Lançamento de novas iniciativas conducentes a otimizar a dinamização comercial através de campanhas e incentivos, acções de formação e informação e recurso a novas ferramentas;
- Manutenção na estratégia de comercialização de produtos financeiros com maior foco na comercialização de produtos de baixo risco financeiro e de vinculação de clientes;
- Reengenharia de alguns processos com vista a aumentar a eficiência operacional;

- Melhoria do índice de satisfação dos clientes internos e externos através da introdução do projecto de qualidade “Meta 100”.

Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua actividade, designadamente:

- Ao Instituto de Seguros de Portugal, pela forma como acompanhou e apoiou o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da actividade e contribuição;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 29 de Março de 2011

O Conselho de Administração,

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Presidente

Armindo Alberto Escalda
Vogal

Joaquim Manuel Oliveira Filipe
Vogal

Maria Paula Toscano Figueiredo Marcelino
Vogal

Jorge Moran Sanchez
Vogal

Oscar Villoslada Montpart
Vogal

Demonstrações

Financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	ACTIVO	31/12/2010			31/12/2009
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
9	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	79 084 761	-	79 084 761	97 500 157
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
6	Activos financeiros detidos para negociação	493 550	-	493 550	661 069
6	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4 443 812 802	-	4 443 812 802	4 490 901 457
	Investimentos em outras participadas e participantes	1 456 551 656	-	1 456 551 656	1 400 204 553
	Instrumentos de capital e unidades de participação	28 866 776	-	28 866 776	31 547 657
	Títulos de dívida	2 460 392 630	-	2 460 392 630	2 627 148 078
	Outros	498 001 740	-	498 001 740	432 001 169
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
6	Activos financeiros disponíveis para venda	493 069 913	-	493 069 913	477 115 880
	Investimentos em outras participadas e participantes	17 199 840	-	17 199 840	39 800 761
	Instrumentos de capital e unidades de participação	97 109 785	-	97 109 785	108 973 508
	Títulos de dívida	378 760 288	-	378 760 288	328 341 611
	Outros	-	-	-	-
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	11 822 624	-	11 822 624	1 727 483
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	10 046 708	-	10 046 708	-
	Empréstimos concedidos	1 775 916	-	1 775 916	1 727 483
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
10	Outros activos tangíveis	2 311 976	(2 208 568)	103 408	152 052
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
12	Outros activos intangíveis	2 439 743	(2 414 540)	25 203	70 104
4	Provisões técnicas de resseguro cedido	35 013 231	-	35 013 231	36 947 499
	Ramo Vida	34 986 385	-	34 986 385	36 922 506
	Provisão matemática	227	-	227	265
	Provisão para sinistros	5 204 264	-	5 204 264	5 653 276
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	29 781 894	-	29 781 894	31 268 965
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ramos Não Vida	26 846	-	26 846	24 993
	Provisão para prémios não adquiridos	23 657	-	23 657	23 808
	Provisão para sinistros	3 189	-	3 189	1 185
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
22	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	4 584	-	4 584	4 766
6 e 13	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23 897 480	(30 509)	23 866 971	24 676 611
	Contas a receber por operações de seguro directo	7 152 547	(30 509)	7 122 038	6 420 211
	Contas a receber por operações de resseguro	3 794 894	-	3 794 894	3 709 921
	Contas a receber por outras operações	12 950 039	-	12 950 039	14 546 479
23	Activos por impostos e taxas	5 753 542	-	5 753 542	5 237 579
	Activos por impostos (e taxas) correntes	-	-	-	-
	Activos por impostos diferidos	5 753 542	-	5 753 542	5 237 579
32	Acréscimos e diferimentos	41 864	-	41 864	27 994
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	5 097 746 070	(4 653 617)	5 093 092 453	5 135 022 651

O Anexo faz parte integrante destes Balanços.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2010	31/12/2009
	PASSIVO		
4	Provisões técnicas	448 223 637	405 255 338
	Ramo Vida	448 137 512	405 179 784
	Provisão matemática	351 240 062	307 147 342
	Provisão para sinistros	23 647 717	20 939 802
	Provisão para participação nos resultados	5 587 394	10 932 476
	Provisão para compromissos de taxa	-	1 866 914
	Provisão para estabilização de carteira	4 670 000	4 070 000
	Provisão para prémios não adquiridos	62 992 339	60 223 250
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Ramos Não Vida	86 125	75 554
	Provisão para prémios não adquiridos	75 496	71 604
	Provisão para sinistros	10 629	3 950
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	10 629	3 950
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
5	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	4 333 537 236	4 378 201 220
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	4 301 702 078	4 348 608 418
	Valorizados ao custo amortizado	31 835 158	29 592 802
6	Outros passivos financeiros	153 793 053	170 871 386
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	14 000 000	14 000 000
	Depósitos recebidos de resseguradores	9 260 294	11 496 439
	Outros	130 532 759	145 374 947
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
6	Outros credores por operações de seguros e outras operações	32 257 389	57 265 329
	Contas a pagar por operações de seguro directo	25 108 517	51 285 981
	Contas a pagar por operações de resseguro	4 935 495	3 467 340
	Contas a pagar por outras operações	2 213 377	2 512 008
23	Passivos por impostos e taxas	4 086 772	7 716 440
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	3 472 567	7 085 930
	Passivos por impostos diferidos	614 205	630 510
32	Acréscimos e diferimentos	2 206 324	2 222 056
13	Outras provisões	10 785	-
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	4 974 115 196	5 021 531 769
	CAPITAL PRÓPRIO		
24	Capital	47 250 000	47 250 000
	(Ações Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
25	Reservas de reavaliação	(19 940 954)	(12 622 750)
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(19 940 954)	(12 622 750)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
25	Reserva por impostos diferidos	5 604 980	3 366 803
25	Outras reservas	12 258 684	10 251 808
25	Resultados transitados	53 126 645	45 176 257
	Resultado do exercício	20 677 902	20 068 764
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	118 977 257	113 490 882
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	5 093 092 453	5 135 022 651

O Anexo faz parte integrante destes Balanços.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	Rubricas	2010				2009
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
14	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	148 734 425	1 064 347	-	149 798 772	119 804 258
	Prémios brutos emitidos	181 487 406	1 589 137	-	183 076 543	162 524 662
	Prémios de resseguro cedido	27 158 698	520 747	-	27 679 445	35 138 800
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 107 212	3 892	-	4 111 104	12 606 920
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1 487 071)	(151)	-	(1 487 222)	5 025 316
15	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	53 339 329	-	-	53 339 329	51 197 685
4	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	47 290 528	11 099	-	47 301 627	53 412 631
	Montantes pagos	44 134 570	6 424	-	44 140 994	52 983 715
	Montantes brutos	51 890 224	9 177	-	51 899 401	60 720 751
	Parte dos resseguradores	7 755 654	2 753	-	7 758 407	7 737 036
	Provisão para sinistros (variação)	3 155 958	4 675	-	3 160 633	428 916
	Montante bruto	2 706 947	6 678	-	2 713 625	302 888
	Parte dos resseguradores	(449 011)	2 003	-	(447 008)	(126 028)
4	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	44 041 887	-	-	44 041 887	14 224 820
	Montante bruto	44 041 849	-	-	44 041 849	14 224 661
	Parte dos resseguradores	(38)	-	-	(38)	(159)
4	Participação nos resultados, líquida de resseguro	55 711	-	-	55 711	411 766
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(1 266 914)	-	-	(1 266 914)	2 866 914
29	Custos e gastos de exploração líquidos	92 813 833	504 856	-	93 318 689	82 136 912
	Custos de aquisição	104 279 869	626 413	-	104 906 282	101 986 247
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(1 338 123)	-	-	(1 338 123)	(1 027 266)
	Gastos administrativos	2 493 312	-	-	2 493 312	2 552 516
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	12 621 225	121 557	-	12 742 782	21 374 585
16	Rendimentos	229 276 466	3 523	289 291	229 569 280	231 151 631
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	14 534 955	3 523	289 291	14 827 769	15 115 777
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	214 741 511	-	-	214 741 511	216 035 854
17	Gastos financeiros	53 828 373	119	439 393	54 267 885	51 895 211
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	109 614	-	-	109 614	344 460
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	53 718 759	119	439 393	54 158 271	51 550 751
18	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	280 440	-	(1 014 997)	(734 557)	(1 108 851)
	De activos disponíveis para venda	1 077 513	-	(1 014 997)	62 516	220 523
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(797 073)	-	-	(797 073)	(1 329 374)
	De outros	-	-	-	-	-
18	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(164 997 442)	-	-	(164 997 442)	(168 645 626)
	De activos e passivos financeiros detidos para negociação	(59 258)	-	-	(59 258)	548 816
	De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(164 938 184)	-	-	(164 938 184)	(169 194 442)
	Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
30	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(148 835)	-	-	(148 835)	(123 355)
13	Outras provisões (variação)	-	-	7 954	7 954	23 226
31	Outros rendimentos/gastos	-	-	(136 546)	(136 546)	(32 177)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	29 720 965	551 796	(1 309 599)	28 963 162	27 272 085
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	6 579 352	6 579 352	7 264 659
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	1 705 908	1 705 908	(61 338)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	20 677 902	20 068 764

O Anexo faz parte integrante destas Contas de Ganhos e Perdas.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado líquido do exercício	<u>20 677 902</u>	<u>20 068 764</u>
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados		
Variações no justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda		
Fundos de Investimento Mobiliário	694 673	2 425 008
Acções	(1 391 207)	700 336
Obrigações	<u>(11 562 558)</u>	<u>5 928 127</u>
	(12 259 092)	9 053 471
Variações na provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>4 940 888</u>	<u>(4 239 634)</u>
	(7 318 204)	4 813 837
Impacto fiscal	<u>2 238 177</u>	<u>(1 182 872)</u>
Total	<u>(5 080 027)</u>	<u>3 630 965</u>
Rendimento integral do exercício	<u><u>15 597 875</u></u>	<u><u>23 699 729</u></u>

O Anexo faz parte integrante destas Demonstrações.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reserva legal						
25	Balanco a 31 de Dezembro de 2008	22 500 000	(17 436 587)	4 549 675	7 848 865	48 299 771	24 029 429	89 791 153		
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2 402 943	21 626 486	(24 029 429)	-		
	Aumento do capital social	24 750 000	-	-	-	-	-	24 750 000		
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	(24 750 000)	-	(24 750 000)		
	Resultado integral do exercício	-	4 813 837	(1 182 872)	-	-	20 068 764	23 699 729		
25	Balanco a 31 de Dezembro de 2009	47 250 000	(12 622 750)	3 366 803	10 251 808	45 176 257	20 068 764	113 490 882		
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2 006 876	18 061 888	(20 068 764)	-		
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	(10 111 500)	-	(10 111 500)		
	Resultado integral do exercício	-	(7 318 204)	2 238 177	-	-	20 677 902	15 597 875		
	Balanco a 31 de Dezembro de 2010	47 250 000	(19 940 954)	5 604 980	12 258 684	53 126 645	20 677 902	118 977 257		

O Anexo faz parte integrante destas Demonstrações.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	20 677 902	20 068 764
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa		
Amortizações do exercício	121 805	106 464
Variação em outras provisões	10 785	-
Variação nas provisões técnicas	44 902 567	28 014 453
Variação de passivos por contratos de investimento	(44 663 984)	700 451 132
 (Aumentos) / diminuições nos activos operacionais:		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	(786 800)	670 306
Devedores por outras operações	1 596 623	(2 852 192)
Activos por impostos	1 722 214	(2 168 012)
Outros activos	(13 870)	12 663
 Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	(26 945 454)	37 517 831
Credores por outras operações	(298 631)	(4 508 572)
Passivos por impostos	(3 629 668)	8 730 314
Outros passivos	(15 732)	(205 127)
 FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(7 322 243)</u>	<u>785 838 024</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Variação nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	32 413 985	(731 037 246)
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	(23 272 236)	(26 750 696)
Variação nos empréstimos e contas a receber	(10 095 141)	1 277 730
Aquisições de outros activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(28 261)	(75 250)
 FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(981 653)</u>	<u>(756 585 462)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	24 750 000
Pagamento de dividendos	(10 111 500)	(24 750 000)
 FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(10 111 500)</u>	<u>-</u>
 Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(18 415 396)</u>	<u>29 252 562</u>
 Caixa e seus equivalentes no início do período	97 500 157	68 247 595
Caixa e seus equivalentes no fim do período	79 084 761	97 500 157

O Anexo faz parte integrante destas Demonstrações.

Anexos às
Demonstrações Financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de Março de 2001 e tem por objecto o exercício da actividade de seguro directo e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objecto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais. No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais.

Em 27 de Dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de Janeiro de 2001.

Em Setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em Março de 2005, adoptou a actual denominação.

Conforme indicado na Nota 26, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de Março de 2011, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as actividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas nos ramos vida e não vida e apresentam o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas de balanço e da conta de ganhos e perdas:

	2010					
	Ramo Vida			Ramo não Vida	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados	Contratos de investimento			
Prémios brutos emitidos	125.616.011	55.871.395	-	1.589.137	-	183.076.543
Prémios de resseguro cedido	(27.158.698)	-	-	(520.747)	-	(27.679.445)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(4.107.212)	-	-	(3.892)	-	(4.111.104)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1.487.071)	-	-	(151)	-	(1.487.222)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	53.339.329	-	-	53.339.329
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(39.380.385)	(7.910.143)	-	(11.099)	-	(47.301.627)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(467.859)	412.148	-	-	-	(55.711)
Outras provisões técnicas (variação)	9.184.162	(51.959.134)	-	-	-	(42.774.972)
Remunerações de mediação (comissões)	(58.326.553)	(926.927)	(42.652.202)	(317.310)	-	(102.222.992)
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	11.115.897	(418.566)	(1.605.482)	(187.546)	-	8.904.303
Resultados dos investimentos	7.933.786	6.250.313	(3.453.009)	3.404	(1.165.099)	9.569.395
Outros rendimentos / gastos técnicos	(148.835)	-	-	-	-	(148.835)
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(144.500)	(144.500)
Resultado antes de impostos	22.773.243	1.319.086	5.628.636	551.796	(1.309.599)	28.963.162
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	-	(8.285.260)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.677.902
Activo Líquido	264.322.254	226.000.433	4.416.060.402	252.509	186.456.855	5.093.092.453
Passivo Total	247.635.648	224.867.286	4.394.151.088	86.125	107.375.049	4.974.115.196

	2009					
	Ramo Vida			Ramo não Vida	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados	Contratos de investimento			
Prémios brutos emitidos	120.824.212	40.323.760	-	1.376.690	-	162.524.662
Prémios de resseguro cedido	(34.669.892)	-	-	(468.908)	-	(35.138.800)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(12.604.144)	-	-	(2.776)	-	(12.606.920)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	5.024.995	-	-	211	-	5.025.206
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	51.197.685	-	-	51.197.685
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(47.060.052)	(6.333.791)	-	(18.788)	-	(53.412.631)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(619.871)	208.105	-	-	-	(411.766)
Outras provisões técnicas (variação)	23.370.352	(40.461.977)	-	-	-	(17.091.625)
Remunerações de mediação (comissões)	(59.489.867)	(878.200)	(39.475.945)	(275.337)	-	(100.119.349)
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	19.293.717	(276.476)	(1.046.194)	11.390	-	17.982.437
Resultados dos investimentos	7.165.559	5.894.000	(3.431.240)	16.661	(143.036)	9.501.944
Outros rendimentos / gastos técnicos	(123.355)	-	-	-	-	(123.355)
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(55.403)	(55.403)
Resultado antes de impostos	21.111.654	(1.524.579)	7.244.306	639.143	(198.439)	27.272.085
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	-	(7.203.321)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.068.764
Activo Líquido	294.679.629	172.276.862	4.453.672.976	122.544	214.270.640	5.135.022.651
Passivo Total	253.498.179	170.037.093	4.447.298.019	75.554	150.622.924	5.021.531.769

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à excepção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Seguros ligados” inclui apenas os produtos plano poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente “*unit-linked*”) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Ramo não vida” corresponde ao produto acidentes pessoais.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, activos e passivos que não se encontram afectos à actividade seguradora.

A actividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

3. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), através da Norma Regulamentar nº 4/2007-R, de 27 de Abril, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

Até 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar nº 7/94, de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1995. O actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com excepção do modelo de divulgações e da IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta norma apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente imputados à transacção são registados na conta de ganhos e perdas. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do activo.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado e com transacções efectuadas nos últimos 15 dias são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da NetBolsa (mercado nacional) e da Reuters ou da Bloomberg (mercados estrangeiros).

Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transacções.

Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transacções nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Companhia definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg.

Se um preço de referência de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços universalmente aceites (técnicas de “discounted cash-flows”).

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes.

Aquando do reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado e instrumentos financeiros derivados; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39 (“fair value option”). Encontram-se classificados nesta categoria os instrumentos financeiros associados a produtos “unit-linked” em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro e os instrumentos financeiros associados à operação descrita nas Notas 3.2.d) e 7. A aplicação desta opção encontra-se limitada a situações em que a sua adopção permita a produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - ☐ Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - ☐ Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre esses grupos de instrumentos financeiros seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados implícitos, a menos que:
 - Os derivados implícitos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia à data de balanço encontram-se classificados nesta categoria.

Em conformidade com o estabelecido na Circular n.º 3/2008, de 15 de Maio, do Instituto de Seguros de Portugal, todas as transacções entre fundos autónomos são efectuadas a valores de mercado e assimiladas a vendas efectivas. O valor de mercado do título na data da transacção é considerado o valor de venda do fundo vendedor e o valor de compra do fundo comprador. Este é o valor considerado para efeitos de apuramento e registo da valia realizada no fundo vendedor. As valias contabilísticas resultantes de vendas entre fundos autónomos a representar produtos com participação nos resultados ou destes para afectos sem participação nos resultados ou livres concorrem para efeitos de determinação do lucro tributável.

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui, entre outros, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes e empréstimos e outras contas a receber.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente imputáveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Incluem os instrumentos financeiros registados nesta categoria aquando do reconhecimento inicial e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39.

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de ganhos e perdas, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos concedidos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros” até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários (títulos de dívida) são reconhecidos directamente na conta de ganhos e perdas.

Reconhecimento de rendimentos

Os juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas (empréstimos concedidos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda) e o respectivo reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica "Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros de activos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados na rubrica "Rendimentos – Outros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos na rubrica "Rendimentos – Outros", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente imputáveis à transacção.

A rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento" inclui as responsabilidades decorrentes dos produtos financeiros sem participação nos resultados e dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro emitidos pela Companhia e considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os passivos financeiros resultantes dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro ("unit-linked") são mensurados ao justo valor e registados na rubrica "Passivos financeiros valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas". As variações no justo valor são reflectidas em "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas".

Os restantes passivos financeiros, incluindo passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Reclassificação de activos financeiros

Na sequência da alteração à Norma IAS 39 em Outubro de 2008, sob a designação "Reclassificação de activos financeiros", passou a ser possível efectuar as seguintes reclassificações entre as categorias de activos financeiros:

- (i) Em circunstâncias particulares, activos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da "fair value option") podem ser transferidos da categoria ao justo valor através de resultados; e
- (ii) Activos financeiros que cumpram a definição de empréstimos e outras contas a receber podem ser transferidos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e outras contas a receber, desde que a Companhia tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade.

A Companhia não procedeu a quaisquer reclassificações nos exercícios de 2010 e 2009.

d) Prestações acessórias

O accionista único concedeu à Companhia prestações acessórias em Outubro de 2008, no âmbito de uma operação levada a cabo para mitigar a desvalorização do valor patrimonial de alguns fundos “unit-linked” sob gestão. Estas prestações acessórias serão reembolsadas ao accionista único se e na medida em que os valores em cuja aquisição foi investido o produto das prestações restituídas sejam liquidados pelos respectivos emitentes ou de outra forma readquirido o montante investido, nomeadamente em consequência da alienação ou extinção das posições adquiridas. Para além da verificação deste requisito, o reembolso das prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia-Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes (Nota 7). Este passivo financeiro não tem maturidade definida e o seu reembolso é susceptível de ser exigido pelo accionista único a todo o momento (*demand feature liability*).

De acordo com a Norma IAS 32, estas prestações acessórias foram classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros – Outros”.

e) Imparidade de activos financeiros

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros, incluindo activos registados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda. Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, são registadas perdas por imparidade por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- i) Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ii) Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- iv) Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- v) O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos registados ao custo amortizado, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Relativamente aos activos disponíveis para venda, em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda:

i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;

ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos critérios objectivos de imparidade em instrumentos de capital, o Conselho de Administração da Companhia considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a Companhia considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na conta de ganhos e perdas.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de reavaliação. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido como custo na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões)".

3.3. Outros activos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com software adquirido. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

3.4. Outros activos tangíveis

Os outros activos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respectivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

3.5. Provisões técnicas

3.5.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afectar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 3.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IAS 39.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo do Instituto de Seguros de Portugal.

3.5.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respectivas apólices de seguro.

3.5.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (Nota 4). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

3.5.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efectiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e dos passivos financeiros decorrentes das responsabilidades relativas aos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro média ponderada utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

3.5.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, e foi determinada da seguinte forma:

- ☐ A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ☐ Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- ☐ Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão.

3.5.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

3.5.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efectuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respectivas condições gerais das apólices.

3.5.8. Provisão para estabilização de carteira

A Companhia regista uma provisão para estabilização de carteira referente a um conjunto de apólices de Seguros Vida Grupo de crédito à habitação com tarifa plana. O cálculo desta provisão baseia-se essencialmente no valor actual do diferencial entre prémios e custos com sinistralidade futura dessa carteira.

3.5.9. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.5.10. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

3.6. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objectivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com a Circular nº 9/2008, de 27 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

3.7. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 3.5.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- ☐ Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- ☐ O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- ☐ Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 3.5.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos, líquidos de resseguro", da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro de vida de prazo inferior ou igual a um ano e não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho e perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida com prazo superior a um ano e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos reflectidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

3.8. Outras provisões e passivos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.9. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) vigente para o sector segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados que tenham sido admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do novo CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de Junho de 2001. As prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

O regime de reconhecimento contabilístico e imputação à conta de ganhos e perdas da Companhia das responsabilidades por pensões de reforma por velhice e invalidez consiste na cobertura integral no final de cada exercício do valor actual das responsabilidades por serviços passados relativas a pensões de reforma. Não existem pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2010. Neste sentido, a Companhia reconhece na conta de ganhos e perdas o valor líquido correspondente ao custo do serviço corrente, custo dos juros, retorno esperado dos activos do plano e ganhos e perdas actuariais.

As responsabilidades com os complementos de pensões de reforma foram calculadas pelo método “Projected Unit Credit” (Nota 22).

Em Julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander). Em 31 de Dezembro de 2010, o valor das unidades de participação deste fundo é superior ao valor actual das responsabilidades por serviços passados, pelo que o correspondente activo encontra-se registado em “Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” (Nota 22).

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses) são reflectidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

3.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos activos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são reflectidos na conta de ganhos e perdas do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas em rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

Com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) superior a 2.000.000 Euros. A derrama estadual corresponderá a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no exercício de 2010 no cálculo dos impostos diferidos, com excepção de eventuais prejuízos fiscais reportáveis, e no reconhecimento do imposto sobre lucros do período, fosse de 29%.

3.11. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Os activos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os activos financeiros não monetários (acções e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com excepção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.12. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos de valorização

Se o preço de mercado de um determinado instrumento financeiro não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas e metodologias de valorização universalmente aceites, sendo os pressupostos calibrados face ao mercado.

Determinação dos passivos por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efectuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 3.5. acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjectividade, podendo os valores efectivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de Dezembro de 2010 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afectar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correcto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

3.13. Adopção de normas (novas ou revistas), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), endossadas pela União Europeia

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, o qual tem por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS/IAS”), tal como endossadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em ou após 1 de Janeiro de 2010, excepto conforme referido na Nota 3.1. Estas correspondem às Normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou do anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido endossadas pela União Europeia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Descrição
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1 – Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda são alargados à IAS 28.
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10	Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.
IFRS 1 – Emendas (Isenções adicionais)	1-Jan-10	Esta emenda vem contemplar um conjunto adicional de isenções na aplicação retrospectiva, nomeadamente ao nível de activos resultantes da exploração de recursos minerais, de responsabilidades de descomissionamento e da aplicação dos requisitos da IFRIC 4.
IFRS 2 – Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)	1-Jan-10	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com pagamentos com base em acções liquidados financeiramente no seio de grupos empresariais.
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10	Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito e como o correspondente rédito deve ser reconhecido.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis “dos clientes”.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1-Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.

O efeito nas demonstrações financeiras da Companhia, decorrente da adopção das normas, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, endossadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Descrição
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRS 1 – Emenda (Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez)	1-Jul-10	Esta emenda vem simplificar as obrigações de divulgação de comparativos relativamente a instrumentos financeiros na adopção pela primeira vez das IFRS.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.
IFRIC 14 – Emenda (Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo)	1-Jan-11	Esta emenda vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.

Estas normas, apesar de endossadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pela Companhia no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, a Norma IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” não foi ainda endossada pela União Europeia. Esta Norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à Norma IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. Esta Norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO COM PARTICIPAÇÃO DISCRICIONÁRIA NOS RESULTADOS E ACTIVOS DE RESSEGURO

As políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro são descritas na Nota 3.5.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro directo e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<u>Seguro directo:</u>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	340.709.465	295.529.581
Mistos	8.072.672	9.012.758
<i>Universal life</i>	2.116.394	2.245.043
Rendas	341.531	359.960
Provisão para prémios não adquiridos	62.992.339	60.223.250
Provisão para participação nos resultados atribuída	854.034	1.101.687
Provisão para participação nos resultados a atribuir	4.733.360	9.830.789
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	17.745.192	16.120.200
Sinistros não declarados (IBNR)	5.561.432	4.550.000
Custos de gestão de sinistros	341.093	269.602
Provisão para compromissos de taxa	-	1.866.914
Provisão para estabilização da carteira	4.670.000	4.070.000
	<u>448.137.512</u>	<u>405.179.784</u>
<u>Ramos Não Vida</u>		
Provisão para prémios não adquiridos	75.496	71.604
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	10.629	3.950
	<u>86.125</u>	<u>75.554</u>
	<u>448.223.637</u>	<u>405.255.338</u>
	=====	=====
<u>Resseguro cedido:</u>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática	227	265
Provisão para prémios não adquiridos	29.781.894	31.268.965
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	5.204.264	5.653.276
	<u>34.986.385</u>	<u>36.922.506</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2010	31-12-2009
<u>Ramos Não Vida</u>		
Provisão para prémios não adquiridos	23.657	23.808
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	3.189	1.185
	-----	-----
	26.846	24.993
	-----	-----
	35.013.231	36.947.499
	=====	=====

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos, na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída, na provisão para compromissos de taxa e na provisão para estabilização da carteira de seguro directo e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010				
	Saldo em 31-12-2009	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2010
Seguro directo				
Provisão matemática	307.147.342	44.041.849	50.871	351.240.062
Provisão para prémios não adquiridos	60.223.250	2.769.089	-	62.992.339
Provisão para participação nos resultados a atribuir	9.830.789	(5.097.429)	-	4.733.360
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	613.757	437.521	(252.493)	798.785
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	487.930	(381.810)	(50.871)	55.249
Provisão para compromissos de taxa	1.866.914	(1.866.914)	-	-
Provisão para estabilização da carteira	4.070.000	600.000	-	4.670.000
	<u>384.239.982</u>	<u>40.502.306</u>	<u>(252.493)</u>	<u>424.489.795</u>
Resseguro cedido				
Provisão matemática	(265)	38	-	(227)
Provisão para prémios não adquiridos	(31.268.965)	1.487.071	-	(29.781.894)
	<u>(31.269.230)</u>	<u>1.487.109</u>	<u>-</u>	<u>(29.782.121)</u>
	<u>352.970.752</u>	<u>41.989.415</u>	<u>(252.493)</u>	<u>394.707.674</u>
2009				
	Saldo em 31-12-2008	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2009
Seguro directo				
Provisão matemática	292.922.681	14.224.661	-	307.147.342
Provisão para prémios não adquiridos	48.646.371	11.576.879	-	60.223.250
Provisão para participação nos resultados a atribuir	5.752.209	4.078.580	-	9.830.789
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	559.575	604.095	(549.913)	613.757
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	680.259	(192.329)	-	487.930
Provisão para compromissos de taxa	-	1.866.914	-	1.866.914
Provisão para estabilização da carteira	3.070.000	1.000.000	-	4.070.000
	<u>351.631.095</u>	<u>33.158.800</u>	<u>(549.913)</u>	<u>384.239.982</u>
Resseguro cedido				
Provisão matemática	(424)	159	-	(265)
Provisão para prémios não adquiridos	(26.243.860)	(5.025.105)	-	(31.268.965)
	<u>(26.244.284)</u>	<u>(5.024.946)</u>	<u>-</u>	<u>(31.269.230)</u>
	<u>325.386.811</u>	<u>28.133.854</u>	<u>(549.913)</u>	<u>352.970.752</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A diminuição em 2010 das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir face a 2009 ascende a 5.097.429 Euros, dos quais 4.940.888 Euros resultam da diminuição da parte estimada do tomador de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos activos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 25) e 156.541 Euros resultantes da especialização da parte estimada do tomador de seguro das mais-valias realizadas diferidas em balanço.

A distribuição da participação nos resultados de contratos de seguro nos exercícios de 2010 e 2009, nos montantes de 252.493 Euros e 549.913 Euros foi integralmente paga em numerário. No exercício de 2010, este montante inclui pagamentos a entidades relacionadas no valor de 63.191 Euros, tendo os restantes 189.302 Euros sido pagos às pessoas seguras. No exercício de 2009, o montante de 549.913 Euros foi integralmente pago a entidades relacionadas (Nota 28).

Em 2010, houve uma incorporação da participação nos resultados atribuída na provisão matemática no montante de 50.871 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões para prémios não adquiridos de seguro directo e de resseguro cedido, apresentam a seguinte composição:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total
De seguro directo						
De seguros de vida	70.090.215	(7.097.876)	62.992.339	65.983.003	(5.759.753)	60.223.250
De seguros não vida	75.496	-	75.496	71.604	-	71.604
De resseguro cedido						
De seguros de vida	(29.781.894)	-	(29.781.894)	(31.268.965)	-	(31.268.965)
De seguros não vida	(23.657)	-	(23.657)	(23.808)	-	(23.808)
	<u>40.360.160</u>	<u>(7.097.876)</u>	<u>33.262.284</u>	<u>34.761.834</u>	<u>(5.759.753)</u>	<u>29.002.081</u>

A variação nos custos de aquisição diferidos, no montante de 1.338.123 Euros, encontra-se reflectida a crédito da rubrica Custos e gastos de exploração líquidos – “Custos de aquisição diferidos (variação).”

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões para sinistros de seguro directo e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2010				31-12-2009			
	Declarados	Não declarados	Custo de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custo de gestão de sinistros	Total
De seguro directo								
De seguros de vida								
Temporários	17.676.093	5.561.432	339.916	23.577.441	16.069.589	4.549.292	268.749	20.887.630
Mistos	46.616	-	744	47.360	42.301	297	713	43.311
Rendas	2.797	-	54	2.851	1.358	-	23	1.381
Universal life	19.686	-	379	20.065	6.952	411	117	7.480
	<u>17.745.192</u>	<u>5.561.432</u>	<u>341.093</u>	<u>23.647.717</u>	<u>16.120.200</u>	<u>4.550.000</u>	<u>269.602</u>	<u>20.939.802</u>
De seguros não vida	10.629	-	-	10.629	3.950	-	-	3.950
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(5.204.264)	-	-	(5.204.264)	(5.653.276)	-	-	(5.653.276)
De seguros não vida	(3.189)	-	-	(3.189)	(1.185)	-	-	(1.185)
Total	<u>12.548.368</u>	<u>5.561.432</u>	<u>341.093</u>	<u>18.450.893</u>	<u>10.469.689</u>	<u>4.550.000</u>	<u>269.602</u>	<u>15.289.291</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os ajustamentos verificados nos exercícios de 2010 e 2009 ao nível das provisões para sinistros de seguro directo do ramo vida relativos a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

seguintes:

2010				
	Provisão para sinistros em 31-12-2009	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2010 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>20.939.802</u>	<u>8.452.205</u>	<u>8.887.779</u>	<u>(3.599.818)</u>

2009				
	Provisão para sinistros em 31-12-2008	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2009 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>20.638.346</u>	<u>10.108.334</u>	<u>8.372.687</u>	<u>(2.157.325)</u>

(*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Os sinistros relativos aos anos N-1 e anteriores são relevados nas rubricas de “Provisão para sinistros (variação) – Montante bruto” e “Montantes pagos – Montantes brutos” do exercício, sendo identificados como relativos a anos anteriores aquando da abertura e pagamento, respectivamente. O acerto ao montante dos custos com sinistros do exercício é feito pela actualização da provisão para sinistros não declarados (“IBNR”) em cada data de relato financeiro. O saldo de reajustamentos em 2010 e 2009 é composto como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reajustamento da provisão para IBNR	(2.397.072)	(1.791.000)
Reajustamentos das provisões para sinistros declarados	(933.144)	(193.129)
Reajustamento da provisão para custos de gestão de sinistros	(269.602)	(173.196)
	<u>(3.599.818)</u>	<u>(2.157.325)</u>
	=====	=====

Os ajustamentos às provisões para sinistros de seguro directo de exercícios anteriores nos ramos vida e não vida (reais) encontram-se detalhados no Anexo 2.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2010 e 2009, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2010				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	21.295.264	(7.755.654)	2.211.250	449.011	16.199.871
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	30.594.960	-	495.697	-	31.090.657
	51.890.224	(7.755.654)	2.706.947	449.011	47.290.528
Ramo não vida	9.177	(2.753)	6.678	(2.003)	11.099
Total	51.899.401	(7.758.407)	2.713.625	447.008	47.301.627

	2009				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	18.724.290	(7.729.166)	2.048.820	126.067	13.170.011
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	41.970.227	-	(1.746.395)	-	40.223.832
	60.694.517	(7.729.166)	302.425	126.067	53.393.843
Ramo não vida	26.234	(7.870)	463	(39)	18.788
Total	60.720.751	(7.737.036)	302.888	126.028	53.412.631

Evolução dos custos com sinistros do ramo não vida - acidentes pessoais

O desenvolvimento dos montantes pagos para os ramos de negócio em que existe incerteza sobre o montante e o momento dos pagamentos a efectuar (ramos não vida – acidentes pessoais) é apresentado no quadro seguinte:

Ano de ocorrência do sinistro	Montantes pagos acumulados			
	N	N+1	N+2	N+3
2007	-	1.400	1.400	1.400
2008	8.634	18.600	18.975	
2009	16.269	17.534		
2010	7.537			

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição da provisão para sinistros declarados de seguro directo do ramo não vida de acidentes pessoais, por ano de ocorrência, é a seguinte:

Ano de ocorrência do sinistro	31-12-2010	31-12-2009
2010	7.842	-
2009	2.412	3.013
2008	375	938
2007	-	-
	10.629	3.950

A provisão para sinistros não declarados (IBNR) e a provisão para despesas de regularização de sinistros do ramo não vida de acidentes pessoais eram nulas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros do ramo não vida de acidentes pessoais durante os exercícios de 2010 e 2009 para sinistros ocorridos até 2009 e 2008, respectivamente, foi o seguinte:

	2010			
	Provisão para sinistros em 31-12-2009	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2010 (*)	Reajustamentos
Ramo não vida de acidentes pessoais	3.950	1.640	2.787	477

	2009			
	Provisão para sinistros em 31-12-2008	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2009 (*)	Reajustamentos
Ramo não vida de acidentes pessoais	3.488	9.966	938	7.415

(*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Não se registaram reembolsos em 2010 e 2009.

Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64 e GKM80 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida ao produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários.

Políticas de gestão de risco de seguro

Em cumprimento do disposto na Norma nº 14/2005-R, de 19 de Julho, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia implementou o seu Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno no sentido de dar resposta aos principais objectivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia de existência e segurança dos activos;
- Controlo dos riscos da sua actividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez, de liquidação de operações cambiais e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos activos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de provisões;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia;
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Concentrações de risco de seguro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades máximas seguradas em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

		31-12-2010		
		Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Outros
Capital seguro				
Ramo vida				
Crédito Habitação	13.156.867.000	12.661.836.038	-	
Colectivos	1.051.107.907	720.251.413	-	
Plano Protecção	4.203.010.602	4.198.164.484	-	
Crédito ao Consumo	1.609.144.484	1.303.017.566	-	
Outros	84.038.916	53.333.398	-	
	<u>20.104.168.909</u>	<u>18.936.602.899</u>		<u>-</u>
Ramos não vida				
Acidentes pessoais	-	-	397.597.420	
	<u>20.104.168.909</u>	<u>18.936.602.899</u>		<u>397.597.420</u>
		31-12-2009		
		Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Outros
Capital seguro				
Ramo vida				
Crédito Habitação	13.075.096.081	12.552.053.245	-	
Colectivos	1.155.420.695	775.984.407	-	
Plano Protecção	3.638.131.577	3.633.286.194	-	
Crédito ao Consumo	1.722.941.153	1.478.873.979	-	
Outros	87.080.164	15.458.174	-	
	<u>19.678.669.670</u>	<u>18.455.655.999</u>		<u>-</u>
Ramos não vida				
Acidentes pessoais	-	-	384.569.110	
	<u>19.678.669.670</u>	<u>18.455.655.999</u>		<u>384.569.110</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Análises de sensibilidade – risco de seguro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o efeito da alteração das tábuas de mortalidade na provisão para prémios não adquiridos no que se refere aos dois principais produtos de risco do ramo vida explorados pela Companhia é como segue:

Produto	2010			Provisão para prémios não adquiridos
	GKM80	GKM95	GKM80 - 60%	31-12-2010
Génesis				
Periódico	6.339.339	6.298.219	6.278.958	6.387.886
Não Periódico	1.025.357	1.024.943	1.024.767	1.107.095
	<u>7.364.696</u>	<u>7.323.162</u>	<u>7.303.725</u>	<u>7.494.981</u>
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2010	(130.285)	(171.819)	(191.256)	
	-1,55%	-2,04%	-2,27%	

Produto	2009			Provisão para prémios não adquiridos
	GKM80	GKM95	GKM80 - 60%	31-12-2009
Génesis				
Periódico	7.138.520	7.087.746	7.063.209	7.236.509
Não Periódico	1.180.156	1.179.776	1.179.616	1.176.006
	<u>8.318.676</u>	<u>8.267.522</u>	<u>8.242.825</u>	<u>8.412.515</u>
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2009	(93.839)	(144.993)	(169.690)	
	-1,12%	-1,72%	-2,02%	

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo da provisão para prémios não adquiridos do "Plano Génesis" é a PM 60/64.

Produto	2010		Provisão para prémios não adquiridos
	GKM95+ Idade Real	GKM80 - 60% Idade Real	31-12-2010
Crédito ao Consumo	18.651.068	17.053.116	18.832.686
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2010	(181.618)	(1.779.570)	
	-0,96%	-9,45%	

Produto	2009		Provisão para prémios não adquiridos
	GKM95+ Idade Real	GKM80 - 60% Idade Real	31-12-2009
Crédito ao Consumo	22.572.382	20.725.477	22.900.139
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2009	(327.757)	(2.174.662)	
	-1,43%	-9,50%	

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo da provisão para prémios não adquiridos do “Crédito ao Consumo” é a GKM 80.

A Companhia não realizou quaisquer análises de sensibilidade para os produtos temporários relativos ao crédito à habitação em virtude de esses serem fraccionados mensalmente. O facto de haver provisão para prémios não adquiridos nesses produtos resulta do facto de, em algumas apólices, o fraccionamento mensal não coincidir com o final do mês.

Adicionalmente, a Companhia não efectuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Crédito

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, em Euros e para o conjunto das carteiras sob gestão. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, só estão autorizadas aquisições de títulos (LT2 e *Corporate*) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável (pelas Agências de *rating* Moody's e S&P) e *spread* de crédito abaixo de 400 *bp's* face à taxa *swap* equivalente à data da compra.

Excepcionalmente, pode ser definido um limite máximo para determinado emissor. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afectas aos produtos. Deverá ser sempre documentado e devidamente justificado a razão da sua aquisição (cobertura, gestão).

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são apenas revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efectuada em Comité de Investimentos e obedece a critérios prudenciais e limites definidos e aprovados pelo Grupo Santander.

No controlo de risco de crédito, é importante que todos os activos tenham um *rating*, e que na ausência deste, se possa associar a nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas. O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco de crédito, que pretende reflectir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstancia nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

Em termos de *rating*, a Companhia utiliza os dados fornecidos pelas seguintes agências: Moody's, Standard & Poors e Fitch Ibca.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do activo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos activos referenciados via CDS);
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*;
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos.

O *rating* utilizado é o mais baixo entre o da Moody's e o da Standard & Poors, recorrendo-se apenas à Fitch Ibcá caso não exista informação das outras agências.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos *spreads* de crédito de diferentes sectores por diferentes prazos como forma de apoiar na avaliação de activos: obrigações, estruturas e derivados.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com seis : Swiss Re, General Cologne Re, Partner Re, New Re, Genworth e Munich Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de Dezembro de 2010 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Swiss Re	A+
Gen Re	AA+
Munich Reinsurance Co.	AA-
Partner Re	AA-
Genworth	A-
Cardif	AA
Nacional de Reaseguros	A+
CNP	AA-
New Re	AA-
Santander Seguros y Reaseguros ⁽¹⁾	Sem <i>rating</i>

⁽¹⁾ Companhia do Grupo Santander.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos activos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio, índices bolsistas e “commodities”.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de activos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre activos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de preço do mercado accionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por activos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos activos.

Na sua generalidade, os activos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco de crédito do emissor à data de emissão da obrigação. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável é mais estável (menor volatilidade) que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro das obrigações é a Modified Duration, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração de 100 *basis points* na curva de taxa de juro.

É definido em Comité de Investimentos, a Modified Duration média para as carteiras com características de taxa fixa e o desvio máximo permitido, sendo o cálculo efectuado periodicamente e reportado ao Comité de Investimentos.

A sensibilidade dos activos que se encontram a representar produtos de seguros com risco do tomador de seguro é considerada imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados a esses produtos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efectuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à:

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro nos activos financeiros e passivos técnicos (passivos por contratos de seguro e de investimento) de curto prazo (maturidade igual ou inferior a um ano); e
- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de activos financeiros e passivos técnicos.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais de activos financeiros e passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os activos financeiros e passivos técnicos associados a produtos “*unit-linked*” são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respectivo justo valor desses activos e passivos à data de cada relato financeiro.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Actos que de forma intencionada pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de activos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Actos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudar e apropriarem-se indevidamente de activos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Actos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Activos Físicos - Perdas ou danos em activos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transacções ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vectores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efectiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspecto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efectiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efectividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respectiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de auto-avaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objectivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as acções correctoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às acções correctoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das acções correctoras eleitas, é efectuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respectivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objectivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é feita anualmente pelo Actuário Responsável.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adoptada tem em conta as políticas de tarificação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) de 2010 e 2009 são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) de 2010 e 2009 dizem respeito às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de aquisição, permanecem a um nível adequado.

	2010	2009	2008
Rácio de sinistralidade	20,31%	19,09%	21,06%
Rácio de despesas de aquisição	49,25%	54,90%	59,68%
Rácio combinado	69,56%	73,98%	80,74%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

5. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010				
	Montante gerido em 31-12-2009	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2010
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	4.304.864.917	1.000.771.018	1.040.618.884	(11.146.623)	4.253.870.428
PPR	43.743.501	9.669.393	5.726.199	144.955	47.831.650
	<u>4.348.608.418</u>	<u>1.010.440.411</u>	<u>1.046.345.083</u>	<u>(11.001.668)</u>	<u>4.301.702.078</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	12.955.720	3.485.041	1.462.840	274.906	15.252.827
PPR	16.637.082	-	562.074	507.323	16.582.331
	<u>29.592.802</u>	<u>3.485.041</u>	<u>2.024.914</u>	<u>782.229</u>	<u>31.835.158</u>
	<u>4.378.201.220</u>	<u>1.013.925.452</u>	<u>1.048.369.997</u>	<u>(10.219.439)</u>	<u>4.333.537.236</u>
	2009				
	Montante gerido em 31-12-2008	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2009
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	3.602.511.456	746.636.147	478.315.737	434.033.051	4.304.864.917
PPR	39.040.866	12.248.278	9.621.408	2.075.765	43.743.501
	<u>3.641.552.322</u>	<u>758.884.425</u>	<u>487.937.145</u>	<u>436.108.816</u>	<u>4.348.608.418</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	9.565.008	3.939.607	954.534	405.639	12.955.720
PPR	37.088.264	-	21.352.448	901.266	16.637.082
	<u>46.653.272</u>	<u>3.939.607</u>	<u>22.306.982</u>	<u>1.306.905</u>	<u>29.592.802</u>
	<u>3.688.205.594</u>	<u>762.824.032</u>	<u>510.244.127</u>	<u>437.415.721</u>	<u>4.378.201.220</u>

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimentos nos exercícios de 2010 e 2009 encontram-se detalhadas na Nota 18.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos “unit-linked” (Nota 3.2.b)). Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de activos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<u>Activos financeiros detidos para negociação:</u>		
Instrumentos financeiros derivados - <i>swaps</i>		
Valor de mercado	439.476	498.734
Juro a receber	54.074	162.335
	-----	-----
	493.550	661.069
	-----	-----
<u>Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:</u>		
Afectos a produtos " <i>unit-linked</i> ":		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	1.456.551.656	1.400.204.553
Instrumentos de capital e unidades de participação	28.866.776	31.547.657
Títulos de dívida	2.409.736.380	2.562.360.578
Depósitos a prazo	173.486.017	197.991.997
Depósitos à ordem	260.096.199	151.051.414
Instrumentos financeiros derivados	48.178.872	74.402.557
Vendas de títulos pendentes de liquidação	7.096.855	405.796
Outros activos	39.988	50.465
	-----	-----
	4.384.052.743	4.418.015.017
	-----	-----
Instrumentos financeiros relacionados com as prestações acessórias (Nota 7):		
Títulos de dívida	50.656.250	64.787.500
Instrumentos financeiros derivados	5.684.759	4.679.890
Depósitos à ordem	3.419.050	3.419.050
	-----	-----
	59.760.059	72.886.440
	-----	-----
	4.443.812.802	4.490.901.457
	-----	-----
<u>Activos financeiros disponíveis para venda:</u>		
Investimentos em outras participadas e participantes		
- Títulos de dívida	17.199.840	39.800.761
Instrumentos de capital e unidades de participação	97.109.785	108.973.508
Títulos de dívida	378.760.288	328.341.611
	-----	-----
	493.069.913	477.115.880
	-----	-----
	4.937.376.265	4.968.678.406
	=====	=====

Os títulos detidos pela Companhia em 31 de Dezembro de 2010 encontram-se detalhados no Anexo 1.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, a Companhia não detinha obrigações com derivados implícitos susceptíveis de serem destacados.

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<u>Empréstimos e outras contas a receber:</u>		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	79.084.761	97.500.157
Outros depósitos	10.046.708	-
Empréstimos concedidos	1.775.916	1.727.483
	-----	-----
	90.907.385	99.227.640
	=====	=====
<u>Outros devedores por operações de seguros e outras operações:</u>		
Comissão de gestão a receber de produtos "unit-linked"	12.877.641	14.477.347
Prémios em cobrança	7.050.486	6.328.870
Devedores por contratos de resseguro		
General Cologne	1.119.912	973.051
Munich	1.007.488	1.221.213
Partner Re	797.032	105.188
Swiss Re (Suíça)	733.363	1.355.179
Santander Seguros y Reaseguros	137.099	28.752
Outros resseguradores	-	26.538
Mediadores	102.060	113.896
Outros	72.399	69.132
	-----	-----
	23.897.480	24.699.166
	-----	-----
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 13)	(30.509)	(22.555)
	-----	-----
	23.866.971	24.676.611
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Outros depósitos" diz respeito a um depósito a prazo a 6 meses efectuado no Banco Santander Totta, S.A., no montante de 10.000.000 Euros, o qual vence juros à taxa anual de 0,95% e tem vencimento em 10 de Janeiro de 2011.

A rubrica "Empréstimos concedidos" diz respeito a contratos de swap que não cumprem a definição de derivado constante na Norma IAS 39 e que, em substância, são empréstimos concedidos a entidades do Grupo Santander (Nota 28).

Os saldos a receber dos resseguradores General Cologne, Munich, Partner Re e Swiss Re (Suíça) incluem essencialmente as participações nos resultados de resseguro cedido relativas ao exercício de 2010.

Os saldos de instrumentos financeiros com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 28.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de passivos financeiros, excluindo passivos por contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Notas 4 e 5), apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Passivos subordinados	14.000.000	14.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	9.260.294	11.496.439
Outros passivos financeiros		
Prestações acessórias (Nota 7)	59.760.059	72.886.440
Instrumentos financeiros derivados		
De produtos "unit-linked"	15.870.384	30.731.493
De outros produtos	13.142	16.491
Descobertos em depósitos à ordem (produtos "unit-linked")	31.850.681	23.869.745
Comissão de gestão a pagar (produtos "unit-linked")	12.877.641	14.477.347
Compras de títulos pendentes de liquidação		
De outros produtos	10.145.683	3.381.510
Outros	15.169	11.921
	<u>153.793.053</u>	<u>170.871.386</u>
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Comissões a pagar	24.220.773	50.146.055
Tomadores de seguro	885.887	1.137.121
Outras dívidas para com segurados	1.857	2.805
Contas a pagar por operações de resseguro		
Genworth	2.902.770	1.196.839
Cardif	977.368	1.288.933
New Reinsurance	717.699	636.175
Ace European Group Limited	192.030	331.888
CNP Assurances	134.889	-
Nacional de Reaseguro	10.739	-
Partner Re	-	13.505
Contas a pagar por outras operações		
Resgates pendentes de liquidação		
De produtos "unit-linked"	1.600.013	1.651.325
De outros produtos	333.565	294.934
Outros credores	221.038	185.816
Outros fornecedores	58.761	379.933
	<u>32.257.389</u>	<u>57.265.329</u>
	<u>186.050.442</u>	<u>228.136.715</u>
	=====	=====

A rubrica "Passivos subordinados" refere-se ao empréstimo obrigacionista subordinado emitido pela Companhia em 30 de Dezembro de 2002, denominado "Totta Seguros 2002". Este empréstimo tem duração indeterminada e está representado por 280 obrigações de valor nominal de 50.000 Euros cada. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Euribor a seis meses acrescida de 1,60%, divulgada pela Reuters no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros. Este empréstimo apenas poderá ser reembolsado a pedido da Companhia, após autorização prévia do Instituto de Seguros de Portugal. O empréstimo foi integralmente subscrito pelo Banco Santander Totta, S.A. (Nota 28).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2009 a Companhia celebrou um tratado de resseguro com a Genworth, o qual prevê uma retenção, calculada numa base trimestral a essa resseguradora, correspondente à soma da provisão relativa aos prémios cedidos e não adquiridos e da correspondente provisão para sinistros, incluindo IBNR. Tal retenção vence juros à taxa Euribor a 12 meses acrescida de 50 pontos base, considerando o número de dias efectivos reais (ACT/ACT). Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, essa retenção encontra-se incluída na rubrica de “Depósitos recebidos de resseguradores” e ascende a 7.605.076 Euros e 11.496.439 Euros, respectivamente. Nos exercícios de 2010 e 2009, o custo dos juros relativos a esse depósito foi de 171.680 Euros e 531.536 Euros, respectivamente (Nota 20).

Em 2010 foram celebrados dois novos tratados de resseguro, cujas respectivas retenções, nos montantes de 844.161 Euros e 811.057 Euros, não vencem juros e estão também registadas na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores”.

A diminuição no saldo da rubrica “Outros passivos financeiros – Instrumentos financeiros derivados” resulta essencialmente da variação verificada no justo valor desses instrumentos financeiros em 2010 face a 2009 (tratam-se de swaps de taxa de juro em que a Companhia paga uma taxa variável indexada à Euribor e recebe uma taxa fixa).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Comissões a pagar” refere-se a comissões a pagar pela Companhia a instituições financeiras do Grupo Santander pela angariação de apólices. As comissões são pagas trimestralmente. Em 31 de Dezembro de 2010 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as relativas aos 3º e 4º trimestres de 2009, as quais foram regularizadas em 2011 e 2010, respectivamente (Nota 28).

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado é apresentada nos quadros seguintes:

	31-12-2010		
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
<u>Activo</u>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	79.084.761	79.084.761	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	11.822.624	11.987.100	164.476
Contas a receber por operações de seguro directo	7.122.038	7.122.038	-
Contas a receber por operações de resseguro	3.794.894	3.794.894	-
Contas a receber por outras operações	12.950.039	12.950.039	-
	<u>114.774.356</u>	<u>114.938.832</u>	<u>164.476</u>
<u>Passivo</u>			
Passivos subordinados	14.000.000	14.000.000	-
Depósitos recebidos de resseguradores	9.260.294	9.260.294	-
Contas a pagar por operações de seguro directo	25.108.517	25.108.517	-
Contas a pagar por operações de resseguro	4.935.495	4.935.495	-
Contas a pagar por outras operações	2.213.377	2.213.377	-
	<u>55.517.683</u>	<u>55.517.683</u>	<u>-</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2009		
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
<u>Activo</u>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	97.500.157	97.500.157	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.727.483	1.774.648	47.165
Contas a receber por operações de seguro directo	6.420.211	6.420.211	-
Contas a receber por operações de resseguro	3.709.921	3.709.921	-
Contas a receber por outras operações	14.546.479	14.546.479	-
	<u>123.904.251</u>	<u>123.951.416</u>	<u>47.165</u>
<u>Passivo</u>			
Passivos subordinados	14.000.000	14.000.000	-
Depósitos recebidos de resseguradores	11.496.439	11.496.439	-
Contas a pagar por operações de seguro directo	51.285.981	51.285.981	-
Contas a pagar por operações de resseguro	3.467.340	3.467.340	-
Contas a pagar por outras operações	2.512.008	2.512.008	-
	<u>82.761.768</u>	<u>82.761.768</u>	<u>-</u>

No apuramento do justo valor apresentado nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido actual dos fluxos de caixa futuros, os quais foram descontados à EUR Swap Zero Coupon Yield Curve à data do balanço para cada um dos períodos de vencimento respectivos.
- Para as contas a receber foi considerado que o custo amortizado é aproximadamente o seu justo valor à data do balanço, na medida em que estes saldos transformar-se-ão em liquidez num período até 3 meses.
- Os depósitos recebidos das resseguradoras são renovados numa base trimestral e vencem juros a taxas de mercado, razão pela qual a Companhia considera que o valor nominal reflecte o seu justo valor.
- Os passivos subordinados pagam juros à Euribor a seis meses acrescida de um *spread* de 1,60%, o que corresponde a uma remuneração aproximada de mercado para este tipo de passivos. Nestas circunstâncias, a Companhia entende que o valor nominal reflecte o seu justo valor.
- As contas a pagar são exigíveis num prazo até 3 meses, razão pela qual foi entendido que o seu valor nominal reflecte aproximadamente o respectivo justo valor.

O Conselho de Administração da Companhia considera que o valor de balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 das provisões matemáticas de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados e dos passivos financeiros de contratos de investimento não difere materialmente do respectivo justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas contas pelo seu justo valor pode ser resumida como segue:

31-12-2010				
	Técnica de valorização			Valor de balanço total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros detidos para negociação	-	493.550	-	493.550
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.529.850.062	913.962.740	-	4.443.812.802
Activos financeiros disponíveis para venda	493.069.913	-	-	493.069.913
	<u>4.022.919.975</u>	<u>914.456.290</u>	<u>-</u>	<u>4.937.376.265</u>

31-12-2009				
	Técnica de valorização			Valor de balanço total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros detidos para negociação	-	661.069	-	661.069
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.978.170.829	512.730.628	-	4.490.901.457
Activos financeiros disponíveis para venda	477.115.880	-	-	477.115.880
	<u>4.455.286.709</u>	<u>513.391.697</u>	<u>-</u>	<u>4.968.678.406</u>

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercados activos (cotações).
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercados activos.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública, as acções e os futuros, o justo valor foi obtido directamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das acções e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV divulgado pelas respectivas sociedades gestoras.
- Para os restantes activos financeiros (nomeadamente obrigações ilíquidas, estruturados e derivados exóticos), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na actualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objecto de calibração regular com o mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a notação de *rating* atribuída pela média entre a Standard & Poors e Moody's ou equivalente e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	31-12-2010				31-12-2009			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas								
AAA	-	113.170.568	-	113.170.568	-	150.541.915	19.070.823	169.612.738
AA- até AA+	-	701.810.258	93.924.601	795.734.859	414.294.040	1.471.566.955	75.577.049	1.961.438.044
A- até A+	940.253.094	1.358.301.423	227.986.335	2.526.540.852	197.155.974	967.555.482	262.343.733	1.427.055.189
Inferior a A-	54.243.854	331.597.197	65.482.964	451.324.015	35.063.393	280.051.655	88.634.749	403.749.797
Sem rating	-	30.173.992	-	30.173.992	-	50.547.391	14.949.472	65.496.863
	<u>994.496.948</u>	<u>2.535.053.438</u>	<u>387.393.900</u>	<u>3.916.944.286</u>	<u>646.513.407</u>	<u>2.920.263.398</u>	<u>460.575.826</u>	<u>4.027.352.631</u>
Activos disponíveis para venda								
AAA	-	115.901.531	-	115.901.531	-	171.668.887	-	171.668.887
AA- até AA+	-	103.180.411	-	103.180.411	11.418.618	104.222.662	-	115.641.280
A- até A+	114.554.678	55.555.564	1.783.974	171.894.216	60.961.227	13.129.786	1.751.763	75.842.776
Inferior a A-	-	4.983.970	-	4.983.970	-	4.289.276	700.153	4.989.429
Sem rating	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>114.554.678</u>	<u>279.621.476</u>	<u>1.783.974</u>	<u>395.960.128</u>	<u>72.379.845</u>	<u>293.310.611</u>	<u>2.451.916</u>	<u>368.142.372</u>
Total do valor de balanço	<u>1.109.051.626</u>	<u>2.814.674.914</u>	<u>389.177.874</u>	<u>4.312.904.414</u>	<u>718.893.252</u>	<u>3.213.574.009</u>	<u>463.027.742</u>	<u>4.395.495.003</u>

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a notação de *rating* atribuída pela média entre a Standard & Poors e Moody's ou equivalente:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Portugal	União Europeia	Total	Portugal	União Europeia	Total
AAA	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	2.924.432	2.924.432	-	2.299.452	2.299.452
A- até A+	90.907.385	733.363	91.640.748	99.227.640	1.355.179	100.582.819
Inferior a A-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	7.331.535	-	7.331.535	6.544.633	-	6.544.633
	<u>98.238.920</u>	<u>3.657.795</u>	<u>101.896.715</u>	<u>105.772.273</u>	<u>3.654.631</u>	<u>109.426.904</u>

O quadro acima não inclui os valores das comissões de gestão a receber de produtos *unit-linked* pelo facto do risco de crédito ser o da própria Companhia.

Análise de imparidade

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não detinha activos financeiros em incumprimento nas carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos concedidos e contas a receber.

A Companhia detinha em 31 de Dezembro de 2010, 1.892.799 acções do Banco BPI, S.A. a um custo médio de 2,45 Euros por acção, sendo o seu valor de mercado em 31 de Dezembro de 2010 de 1,39 Euros por acção. Adicionalmente, detinha 18.194.514 unidades de participação do Fundo de Investimento Mobiliário Multiobrigações a um custo médio de 5,88 Euros, sendo o seu valor de mercado em 31 de Dezembro de 2010 de 5,19 Euros. Com base na análise efectuada, o Conselho de Administração da Companhia concluiu que estes investimentos não se encontram em situação de imparidade (Notas 3.2. e) e 25).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se reflectir, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as maturidades contratuais remanescentes dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2010					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	79.084.761	-	-	-	-	79.084.761
Activos financeiros detidos para negociação	-	120.634	372.916	-	-	493.550
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	583.873.386	262.761.063	1.305.708.206	1.246.990.533	1.044.479.614	4.443.812.802
Activos disponíveis para venda	111.107.817	92.103.432	105.492.822	71.942.082	112.423.760	493.069.913
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.046.708	-	-	-	1.775.916	11.822.624
Contas a receber por operações de seguro directo	7.122.038	-	-	-	-	7.122.038
Contas a receber por operações de resseguro	3.794.894	-	-	-	-	3.794.894
Contas a receber por outras operações	12.950.039	-	-	-	-	12.950.039
	807.979.643	354.985.129	1.411.573.944	1.318.932.615	1.158.679.290	5.052.150.621
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 5)						
Valorizados ao justo valor	(240.915.365)	(600.262.729)	(1.034.384.642)	(1.064.896.762)	(1.361.242.580)	(4.301.702.078)
Valorizados ao custo amortizado	(308.059)	(712.953)	(3.031.808)	(18.381.046)	(9.401.292)	(31.835.158)
	(241.223.424)	(600.975.682)	(1.037.416.450)	(1.083.277.808)	(1.370.643.872)	(4.333.537.236)
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14.000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(9.260.294)	-	-	-	-	(9.260.294)
Outros	(114.649.233)	(1.263.040)	(515.061)	(9.708.175)	(4.397.250)	(130.532.759)
Contas a pagar por operações de seguro directo	(25.108.517)	-	-	-	-	(25.108.517)
Contas a pagar por operações de resseguro	(4.935.495)	-	-	-	-	(4.935.495)
Contas a pagar por outras operações	(2.213.377)	-	-	-	-	(2.213.377)
	(397.390.340)	(602.238.722)	(1.037.931.511)	(1.092.985.983)	(1.389.041.122)	(4.519.587.678)
	410.589.303	(247.253.593)	373.642.433	225.946.632	(230.361.832)	532.562.943

	2009					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	97.500.157	-	-	-	-	97.500.157
Activos financeiros detidos para negociação	167.704	-	183.932	309.433	-	661.069
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	336.582.184	672.755.020	1.257.136.725	629.284.194	1.595.143.334	4.490.901.457
Activos disponíveis para venda	120.195.691	17.117.887	134.585.872	114.941.683	90.274.747	477.115.880
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	1.727.483	1.727.483
Contas a receber por operações de seguro directo	6.420.211	-	-	-	-	6.420.211
Contas a receber por operações de resseguro	3.709.921	-	-	-	-	3.709.921
Contas a receber por outras operações	14.546.479	-	-	-	-	14.546.479
	579.122.347	689.872.907	1.391.906.529	744.535.310	1.687.145.564	5.092.582.657
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 5)						
Valorizados ao justo valor	(359.177.316)	(619.103.267)	(1.346.853.298)	(705.817.566)	(1.317.656.971)	(4.348.608.418)
Valorizados ao custo amortizado	(253.930)	(503.978)	(1.433.299)	(19.336.126)	(8.065.469)	(29.592.802)
	(359.431.246)	(619.607.245)	(1.348.286.597)	(725.153.692)	(1.325.722.440)	(4.378.201.220)
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14.000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(11.496.439)	-	-	-	-	(11.496.439)
Outros	(118.672.891)	(3.483.713)	(330.801)	(43.368)	(22.844.174)	(145.374.947)
Contas a pagar por operações de seguro directo	51.285.981	-	-	-	-	51.285.981
Contas a pagar por operações de resseguro	3.467.340	-	-	-	-	3.467.340
Contas a pagar por outras operações	2.512.008	-	-	-	-	2.512.008
	(432.335.247)	(623.090.958)	(1.348.617.398)	(725.197.060)	(1.362.566.614)	(4.491.807.277)
	146.787.100	66.781.949	43.289.131	19.338.250	324.578.950	600.775.380

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data da primeira *call* como sendo a data da maturidade de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros “*unit-linked*” sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que o depósito recebido da resseguradora Genworth tem vencimento trimestral, em conformidade com o estabelecido no respectivo tratado de resseguro.
- Considerou-se que as prestações acessórias (Nota 7), nos montantes de 59.760.059 Euros e 72.886.440 Euros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, e incluídas na rubrica “Outros passivos financeiros - Outros” são exigíveis até 3 meses, decorrente do mencionado na Nota 3.2. d).

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo o risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o impacto estimado nos capitais próprios de uma deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 “basis points”, apresenta a seguinte composição:

	2010		2009	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	33.321	(33.321)	263.693	(263.693)

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira à excepção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos “*unit-linked*”. Para estes produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projectou os fluxos de caixa dos activos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, considerando que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR Swap Zero Coupon Yield Curve, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

7. PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS

A Companhia tem produtos “*unit-linked*” sob gestão que se desvalorizaram durante o exercício de 2008 em resultado da situação dos mercados, tendo havido alguns particularmente afectados.

Conforme referido na alínea d) da Nota 3.2, a Companhia recebeu do accionista único 85.000.000 Euros em prestações acessórias (que podem ir até ao montante máximo de 100.000.000 Euros), as quais não são remuneradas. A Companhia utilizou um montante de 81.580.950 Euros na aquisição de três obrigações que pagam cupões variáveis. Adicionalmente, para cada obrigação, contratou um swap de taxa de juro em que a Companhia paga variável e recebe fixo. Os 3.419.050 Euros (Nota 6) remanescentes encontram-se aplicados em depósitos à ordem à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009. O rendimento destes investimentos está a ser atribuído às carteiras dos produtos “*unit-linked*” particularmente afectados em 2008 pela desvalorização dos mercados, de forma a compensar os subscritores desses produtos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações adquiridas e os swaps de taxa de juro contratados apresentam a seguinte composição:

	Obrigações			Total
	CXGD Float 09/49	CXGD Float 06/49	BPI Cap Fin Float 49	
Data de compra	28-10-2008	28-10-2008	07-11-2008	
Preço de Aquisição	77,5096%	84,7785%	85,0700%	
Cupão float	Euribor 3m + 77 bps	Euribor 3m + 80 bps	Euribor 3m + 155 bps	
Periodicidade	Trimestralmente	Trimestralmente	Trimestralmente	
Maturidade	Perpétuas	Perpétuas	Perpétuas	
Call Option	30-09-2015	28-06-2014	12-08-2013	
Rating actual (31-12-2010)				
- Moody's	Ba1	Ba1	Ba2	
- S&P	BBB	BBB	BBB-	
- Fitch	BBB+	BBB+	BBB	
Emitente	Caixa Geral Fin	Caixa Geral Fin	BPI Cap Fin	
ISIN	XS0230957424	XS0195376925	XS0174443449	
Valor Nominal	18.750.000	54.000.000	25.000.000	97.750.000
Valor de aquisição	14.533.050	45.780.400	21.267.500	81.580.950
Valor de mercado em 31-12-2010 (Nota 6)	9.281.250	27.000.000	14.375.000	50.656.250
Mais/(menos) valia potencial acumulada em 31-12-2010 (Nota 19)	(5.251.800)	(18.780.400)	(6.892.500)	(30.924.700)
Valor de mercado em 31-12-2009 (Nota 6)	12.187.500	35.100.000	17.500.000	64.787.500
Mais/(menos) valia potencial acumulada em 31-12-2009 (Nota 19)	(2.345.550)	(10.680.400)	(3.767.500)	(16.793.450)
	Swaps			Total
	Swap CGD 2015	Swap CGD 2014	Swap BPI 2013	
Nocional	18.750.000	54.000.000	25.000.000	97.750.000
Data de contratação	05-11-2008	05-11-2008	06-11-2008	
Data valor	30-12-2008	28-12-2008	12-11-2008	
Data de maturidade	30-09-2015	28-06-2014	12-08-2013	
Juro variável a pagar	Euribor 3m	Euribor 3m	Euribor 3m	
Periodicidade	Trimestralmente	Trimestralmente	Trimestralmente	
Juro fixo a receber	3,9425%	3,8225%	3,5600%	
Periodicidade	Semestralmente	Semestralmente	Semestralmente	
Contraparte	BST	BST	BST	
Rating da contraparte	A+	A+	A+	
Valor de mercado em 31-12-2010 (Nota 6)	1.265.134	3.269.248	1.150.377	5.684.759
Valor de mercado em 31-12-2009 (Nota 6)	1.001.128	2.688.198	990.564	4.679.890

A Companhia reembolsará o accionista pela totalidade da parte do valor nominal correspondente das prestações acessórias, se o valor de venda dessas obrigações e “unwind” dos swaps for superior ao valor nominal da parte das prestações acessórias a amortizar. Na medida que não o seja, reembolsará o accionista somente pelo valor nominal das prestações acessórias a amortizar deduzido das menos-valias realizadas na venda dessas obrigações e “unwind” dos respectivos swaps.

A Companhia decidiu utilizar a opção concedida na Norma IAS 39 (Nota 3.2.a i)), tendo classificado de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial as obrigações, swaps, depósitos, prestações acessórias e a “long put” ao justo valor através de ganhos e perdas. As variações no justo valor destes instrumentos encontram-se reflectidas na rubrica “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas – De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” (Nota 18).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nas prestações acessórias pode ser resumido como segue:

Prestações acessórias obtidas	85.000.000
Menos-valias nas obrigações	(16.173.450)
Mais-valias nos swaps	2.400.370

Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2008	71.226.920

Menos-valias nas obrigações (Nota 19)	(620.000)
Mais-valias nos swaps (Nota 19)	2.279.520

Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2009 (Notas 6 e 30)	72.886.440

Menos-valias nas obrigações (Nota 19)	(14.131.250)
Mais-valias nos swaps (Nota 19)	1.004.869

Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2010 (Notas 6 e 30)	59.760.059
	=====

Assim, a responsabilidade para com o accionista único em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi diminuída da menos-valia potencial líquida acumulada nas obrigações e swaps no montante de 25.239.941 Euros e 12.113.560 Euros, respectivamente.

8. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

9. CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Caixa e seus equivalentes	229	69
Depósitos à ordem:		
- Em instituições financeiras do Grupo Santander (Nota 28)	79.084.532	97.500.088
	-----	-----
	79.084.761	97.500.157
	=====	=====

Os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 2010 e 2009 o movimento nas rubricas de outros activos tangíveis foi o seguinte:

	2010									
	Saldo em 31-12-2009							Saldo em 31-12-2010		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 22)	Reforços/reversões de imparidade no exercício	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	354.803	(344.109)	10.694	2.772	(2.699)	1.401	(1.401)	356.174	(345.407)	10.767
Equipamento informático	1.618.209	(1.564.238)	53.971	3.064	(33.780)	-	-	1.621.273	(1.598.018)	23.255
Material de transporte	174.909	(87.780)	87.129	22.800	(40.306)	40.704	(41.080)	156.629	(87.382)	69.247
Outros activos tangíveis	177.900	(177.642)	258	-	(119)	-	-	177.900	(177.761)	139
	<u>2.325.821</u>	<u>(2.173.769)</u>	<u>152.052</u>	<u>28.636</u>	<u>(76.904)</u>	<u>42.105</u>	<u>(42.481)</u>	<u>2.311.976</u>	<u>(2.208.568)</u>	<u>103.408</u>

11. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a afectação dos investimentos financeiros e outros activos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	31-12-2010					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	25.533.871	7.191.282	529	18.883	46.340.196	79.084.761
Activos financeiros detidos para negociação	493.550	-	-	-	-	493.550
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	4.384.052.743	-	59.760.059	4.443.812.802
Activos financeiros disponíveis para venda	323.419.433	96.877.166	32.006.770	206.779	40.559.765	493.069.913
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	1.775.916	-	-	10.046.708	11.822.624
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	103.408	103.408
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	25.203	25.203
	<u>349.446.854</u>	<u>105.844.364</u>	<u>4.416.060.042</u>	<u>225.662</u>	<u>156.835.339</u>	<u>5.028.412.261</u>

	31-12-2009					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	27.436.347	4.132.790	3.489.610	-	62.441.410	97.500.157
Activos financeiros detidos para negociação	661.069	-	-	-	-	661.069
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	4.418.015.017	-	72.886.440	4.490.901.457
Activos financeiros disponíveis para venda	311.701.332	84.488.596	28.635.668	210.590	52.079.694	477.115.880
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	1.727.483	-	-	-	1.727.483
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	152.052	152.052
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	70.104	70.104
	<u>339.798.748</u>	<u>90.348.869</u>	<u>4.450.140.295</u>	<u>210.590</u>	<u>187.629.700</u>	<u>5.068.128.202</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2010 e 2009, o movimento na rubrica de activos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2010						
	Saldo em 31-12-2009			Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2010	
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido			Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.332.066	(2.261.962)	70.104	-	(44.901)	2.332.066	(2.306.863)
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-	107.677	(107.677)
	<u>2.439.743</u>	<u>(2.369.639)</u>	<u>70.104</u>	<u>-</u>	<u>(44.901)</u>	<u>2.439.743</u>	<u>(2.414.540)</u>

	2009						
	Saldo em 31-12-2008			Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2009	
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido			Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.279.798	(2.211.265)	68.533	52.268	(50.697)	2.332.066	(2.261.962)
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-	107.677	(107.677)
	<u>2.387.475</u>	<u>(2.318.942)</u>	<u>68.533</u>	<u>52.268</u>	<u>(50.697)</u>	<u>2.439.743</u>	<u>(2.369.639)</u>

13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ACTIVO

Nos exercícios de 2009 e 2010, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do activo” foi o seguinte:

	2009 e 2010						
	Saldos em 31-12-2008	Reforços	Reposições e anulações	Saldos em 31-12-2009	Reforços	Reposições e anulações	Saldos em 31-12-2010
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros	25.599	-	(3.044)	22.555	7.954	-	30.509
Outras provisões	-	-	-	-	10.785	-	10.785
	<u>25.599</u>	<u>-</u>	<u>(3.044)</u>	<u>22.555</u>	<u>18.739</u>	<u>-</u>	<u>41.294</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Outras provisões” destina-se a fazer face a contingências resultantes da actividade da Companhia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

14. PRÉMIOS

Nos exercícios de 2010 e 2009, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Directo	Resseguro cedido	Líquido	Directo	Resseguro cedido	Líquido
Ramo vida						
Prémios brutos emitidos						
Produtos de risco	116.977.049	(27.156.009)	89.821.040	115.911.774	(34.666.813)	81.244.961
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	64.510.357	(2.689)	64.507.668	45.236.198	(3.079)	45.233.119
	<u>181.487.406</u>	<u>(27.158.698)</u>	<u>154.328.708</u>	<u>161.147.972</u>	<u>(34.669.892)</u>	<u>126.478.080</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
Produtos de risco	(4.149.827)	(1.487.071)	(5.636.898)	(12.604.144)	5.025.105	(7.579.039)
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	42.615	-	42.615	-	-	-
	<u>(4.107.212)</u>	<u>(1.487.071)</u>	<u>(5.594.283)</u>	<u>(12.604.144)</u>	<u>5.025.105</u>	<u>(7.579.039)</u>
	<u>177.380.194</u>	<u>(28.645.769)</u>	<u>148.734.425</u>	<u>148.543.828</u>	<u>(29.644.787)</u>	<u>118.899.041</u>
Ramo não vida						
Prémios brutos emitidos	1.589.137	(520.747)	1.068.390	1.376.690	(468.908)	907.782
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(3.892)	(151)	(4.043)	(2.776)	211	(2.565)
	<u>1.585.245</u>	<u>(520.898)</u>	<u>1.064.347</u>	<u>1.373.914</u>	<u>(468.697)</u>	<u>905.217</u>
	<u>178.965.439</u>	<u>(29.166.667)</u>	<u>149.798.772</u>	<u>149.917.742</u>	<u>(30.113.484)</u>	<u>119.804.258</u>

Nos exercícios de 2010 e 2009, os prémios brutos emitidos de contratos de seguro directo do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2010	2009
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	95.634.883	82.447.948
Relativos a contratos de grupo	85.852.523	78.700.024
	<u>181.487.406</u>	<u>161.147.972</u>
Periódicos	88.677.844	83.646.265
Não periódicos	92.809.562	77.501.707
	<u>181.487.406</u>	<u>161.147.972</u>
De contratos sem participação nos resultados	115.687.072	114.585.531
De contratos com participação nos resultados	65.800.334	46.562.441
	<u>181.487.406</u>	<u>161.147.972</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)15. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2010 e 2009, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	8.696	5.154
PPR/E Super 50 Garantido	6.150	10.846
PPR/E Super 55 Garantido	-	7.962
	-----	-----
	14.846	23.962
<i>"Unit-linked"</i>		
Super Rendimento Seguro	27.172.978	29.916.790
Poupança Rendimento Vida	15.661.353	3.954.644
Seguro Investimento	9.498.346	16.484.573
Seguro Poupança Segura PPR	479.265	332.728
Fundos Santander	512.541	484.988
	-----	-----
	53.324.483	51.173.723
	-----	-----
	53.339.329	51.197.685
	=====	=====

As comissões recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos activos sob gestão; (ii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos; (iii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos.

Em 2010, relativamente aos produtos *"unit-linked"*, as comissões de gestão ascenderam a 42.829.413 Euros, as comissões *upfront* a 8.757.356 Euros e as comissões de resgate a 1.737.714 Euros.

Em 2009, relativamente aos produtos *"unit-linked"*, as comissões de gestão ascenderam a 42.425.572 Euros, as comissões *upfront* a 7.246.885 Euros e as comissões de resgate a 1.501.266 Euros.

16. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2010 e 2009, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2010				2009			
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total
Ramo vida:								
Activos financeiros detidos para negociação	412.202	-	-	412.202	612.569	-	-	612.569
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perda	214.635.909	16.056	89.546	214.741.511	216.002.870	137	32.847	216.035.854
Activos financeiros disponíveis para venda	14.010.062	-	-	14.010.062	13.802.804	-	-	13.802.804
Empréstimos concedidos e contas a receber	67.929	-	-	67.929	65.999	-	-	65.999
Depósitos à ordem em instituições de crédito	44.762	-	-	44.762	134.245	-	-	134.245
	229.170.864	16.056	89.546	229.276.466	230.618.487	137	32.847	230.651.471
Ramos não vida:								
Activos financeiros disponíveis para venda	3.513	-	-	3.513	16.445	-	-	16.445
Depósitos à ordem em instituições de crédito	10	-	-	10	330	-	-	330
	3.523	-	-	3.523	16.775	-	-	16.775
Não afectos:								
Activos financeiros disponíveis para venda	-	147.638	-	147.638	-	126.439	-	126.439
Empréstimos concedidos e contas a receber	46.708	-	-	46.708	-	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	94.945	-	-	94.945	356.946	-	-	356.946
	141.653	147.638	-	289.291	356.946	126.439	-	483.385
	229.316.040	163.694	89.546	229.569.280	230.992.208	126.576	32.847	231.151.631

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 28.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)17. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2010 e 2009, as rubricas de gastos financeiros de investimentos, apresentam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 20)	2.613.989	61.579	2.675.568	3.049.284	65.872	3.115.156
Juros de interest rate swaps:						
Vida com participação	107.351	-	107.351	279.237	-	279.237
Vida sem participação	2.262	-	2.262	65.223	-	65.223
Produtos unit linked	51.104.890	-	51.104.890	47.875.027	-	47.875.027
Custos de corretagem com futuros e opções	-	-	-	20	-	20
De outros passivos financeiros:						
Passivos subordinados	-	372.808	372.808	-	539.011	539.011
Outros	-	5.006	5.006	-	21.537	21.537
	<u>53.828.492</u>	<u>439.393</u>	<u>54.267.885</u>	<u>51.268.791</u>	<u>626.420</u>	<u>51.895.211</u>

18. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2010 e 2009, os ganhos (perdas) líquidos de activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2010	2009
Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 18.1)	62.516	220.523
Valias líquidas potenciais (Nota 18.2)	-	-
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 18.3)	(797.073)	(1.329.374)
	<u>(734.557)</u>	<u>(1.108.851)</u>
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 18.1)	5.859.400	9.423.592
Valias líquidas potenciais (Nota 18.2)	(128.196.289)	309.262.389
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 18.3)	(42.660.553)	(487.331.607)
	<u>(164.997.442)</u>	<u>(168.645.626)</u>

18.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2010 e 2009, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	18.258.085	(12.398.685)	5.859.400	34.079.999	(24.656.407)	9.423.592
Activos financeiros disponíveis para venda	1.656.895	(579.382)	1.077.513	1.055.781	(835.258)	220.523
	<u>19.914.980</u>	<u>(12.978.067)</u>	<u>6.936.913</u>	<u>35.135.780</u>	<u>(25.491.665)</u>	<u>9.644.115</u>
Não técnica:						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(1.014.997)	(1.014.997)	-	-	-
	<u>19.914.980</u>	<u>(13.993.064)</u>	<u>5.921.916</u>	<u>35.135.780</u>	<u>(25.491.665)</u>	<u>9.644.115</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)18.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2010 e 2009, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	162.723	(221.981)	(59.258)	874.713	(325.897)	548.816
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	114.542.769	(242.679.800)	(128.137.031)	419.572.545	(110.858.972)	308.713.573
	<u>114.705.492</u>	<u>(242.901.781)</u>	<u>(128.196.289)</u>	<u>420.447.258</u>	<u>(111.184.869)</u>	<u>309.262.389</u>

18.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2010 e 2009, as variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento apresentam a seguinte composição (Nota 5):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(348.843.928)	(670.722.013)
Variações negativas dos passivos financeiros	306.183.375	183.390.406
	<u>(42.660.553)</u>	<u>(487.331.607)</u>
Comissões de contratos de investimento de "unit-linked" (Nota 15)	53.324.483	51.173.723
Outros	337.738	49.068
	<u>11.001.668</u>	<u>(436.108.816)</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 5)	(797.073)	(1.329.374)
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados (Nota 15)	14.846	23.962
Outros	(2)	(1.493)
	<u>(782.229)</u>	<u>(1.306.905)</u>
	<u>10.219.439</u>	<u>(437.415.721)</u>
	=====	=====

19. CUSTOS DE FINANCIAMENTO

Os únicos financiamentos remunerados obtidos pela Companhia em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são os empréstimos subordinados descritos na Nota 6.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)20. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2010 e 2009, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Gastos com o pessoal (Nota 21)	2.449.110	2.318.589
	-----	-----
Fornecimentos e serviços externos:		
. Gastos com informática	1.017.319	1.045.730
. Consultoria e assessoria	629.503	607.745
. Comunicações	271.912	274.091
. Rendas e alugueres (Nota 28)	242.156	242.158
. Quotizações	80.466	112.451
. Impressos	55.234	44.959
. Deslocações e estadas	41.683	43.967
. Material de escritório	21.342	24.067
. Trabalhos especializados	19.897	37.027
. Outros	142.912	143.765
	-----	-----
	2.522.424	2.575.960
	-----	-----
Encargos com comissões por serviços bancários (Nota 28)	2.570.428	2.476.889
Impostos e taxas	578.438	430.499
Juros suportados de depósitos de resseguradores (Nota 6)	171.680	531.536
Anulação de juros a pagar a resseguradores	(358.567)	-
Amortizações do exercício (Notas 10 e 12)	121.805	147.463
	-----	-----
	8.055.318	8.480.936
	=====	=====
<u>Matriz de imputação de custos</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custos com sinistros	1.009.140	1.003.436
Custos de aquisição (Nota 29)	1.877.298	1.809.828
Custos administrativos (Nota 29)	2.493.312	2.552.516
Custos com investimentos (Nota 17)	2.675.568	3.115.156
	-----	-----
	8.055.318	8.480.936
	=====	=====

Nos exercícios de 2010 e 2009, parte do saldo da rubrica “Gastos com informática” diz respeito à prestação de serviços informáticos, facturados por uma entidade do Grupo Santander, nos montantes de 275.665 Euros e 401.987 Euros, respectivamente (Nota 30).

No exercício de 2010, o saldo da rubrica “Anulação de juros a pagar a resseguradores” diz respeito à correcção dos juros do depósito recebido do ressegurador New Reinsurance (“New Re”), na sequência da renegociação do respectivo tratado.

Em 2009 os critérios de imputação foram revistos pela Companhia, tendo alguns custos operacionais por natureza deixado de ser imputados à função sinistros de produtos “unit-linked”, passando a ser imputados às funções de investimento e administrativa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)21. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2010 e 2009, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remunerações		
Dos órgãos sociais	471.631	475.844
Do pessoal	1.588.606	1.448.594
	-----	-----
	2.060.237	1.924.438
	-----	-----
Encargos sobre remunerações	323.288	326.581
	-----	-----
Benefícios pós-emprego (Nota 22)	9.177	11.276
Outros gastos com pessoal	56.408	56.294
	-----	-----
	2.449.110	2.318.589
	=====	=====

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2010 e 2009 e a pagar em 2011 e 2010, nos montantes de 519.741 Euros e 454.529 Euros, respectivamente (Nota 32).

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2010 e 2009, por categoria profissional, foi o seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Administrador	2	1
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	4	4
Chefe de Secção	3	3
Chefe de Serviços	2	2
Sub-chefe de Secção	1	1
Técnico de Grau I	7	7
Técnico de Grau II	2	2
Coordenador de Serviços Comerciais	1	1
Gerente de Delegação	1	1
Assistente Comercial	1	1
Secretária	1	1
Escriturário	29	29
Técnico de Formação	1	1
Actuário	1	1
	----	----
	57	56
	==	==

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2010, em milhares de Euros, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

Conselho de Administração

Nome	Remuneração	
	fixa	variável
Paula Figueiredo	184	30
Pedro Castro e Almeida	94	194
	<u>278</u>	<u>224</u>

Conselho Fiscal

Nome	Remuneração	
	fixa	variável
José Duarte Assunção Dias	14	-
António Baia Engana	9	-
Emídio de Jesus Maria	9	-
	<u>32</u>	<u>-</u>

O Grupo Santander Totta, no qual está inserida a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tem um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial que está dividido em ciclos. Em 8 de Julho de 2010, foi finalizado o segundo ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 3.405, ao valor por acção de 8,768 Euros. Estas acções foram atribuídas à Senhora Dra. Paula Figueiredo.

Os honorários facturados e a facturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, ascendem a 111.000 Euros, dos quais 50.600 Euros relativos à revisão legal das contas e 60.400 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

22. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O plano de pensões de benefício definido subscrito pela Companhia inclui o seguinte tipo de responsabilidades:

- Pensões de reforma por antiguidade;
- Pensões de reforma por invalidez;
- Pensões de pré-reforma.

Este plano abrange todos os empregados admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995 (Nota 3.9).

Determinação das responsabilidades

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no activo, foram efectuados estudos actuariais pela Towers Watson, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009. Nestas datas, não existiam responsabilidades com pensões de reforma em pagamento.

Os pressupostos e bases técnicas utilizados foram os seguintes:

	31-12-2010	31-12-2009
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV80	50% EKV80
Taxa de retorno dos activos do plano	4,00%	4,00%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,85%	6,00%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%

No âmbito do referido estudo, foi considerado que a idade normal de reforma destes trabalhadores ocorrerá aos 65 anos.

O valor de referência para a taxa de desconto é estimado independentemente da estratégia de investimentos do Fundo de Pensões. Na fixação dessa taxa, teve-se em consideração as características etárias da população. Para o efeito são utilizadas as taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e que tenham maturidade aproximada à das responsabilidades a financiar. A estimativa da maturidade dessas responsabilidades foi apurada tendo por base a média da esperança de vida ponderada pelos pagamentos a efectuar pelo Fundo. A idade média dos beneficiários é de 45,9 anos em 31 de Dezembro de 2010. Face à duração previsível das responsabilidades da Companhia, o Conselho de Administração decidiu utilizar uma taxa de desconto de 5,85%.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões nos exercícios de 2010, 2009 e 2008 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2010		2009		2008	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de retorno dos activos do plano	4,00%	8,72%	4,00%	8,87%	4,00%	-8,28%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	3,00%	3,50%	2,00%	3,50%	4,04%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	-	1,50%	-	1,50%	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a informação considerada na avaliação actuarial era como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Número de participantes activos	14	14
Idade média (anos)	45,9	44,9
Antiguidade média no sector (anos)	20,5	19,5
Salário anual total (em Euros)	519.764	547.335
Salário médio anual (em Euros)	37.126	39.095

O movimento nas responsabilidades por serviços passados em 2009 e 2010, pode ser demonstrado da seguinte forma:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008	161.565

Custo do serviço corrente	8.494
Custo dos juros	9.694
Retorno esperado dos activos do plano	(6.912)

Custo normal (Notas 3.9 e 21)	11.276
Ganhos e perdas actuariais (Notas 3.9 e 31)	10.511

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009	183.352

Custo do serviço corrente	9.193
Custo dos juros	10.726
Retorno esperado dos activos do plano	(10.742)

Custo normal (Notas 3.9 e 21)	9.177
Ganhos e perdas actuariais (Notas 3.9 e 31)	7.413

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010	199.942
	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades por serviços passados ascendem a 199.942 Euros, das quais 168.560 Euros respeitam a responsabilidades por velhice e 31.382 Euros a responsabilidades por invalidez. Em 31 de Dezembro de 2010, não existiam responsabilidades com pensões de reforma em pagamento.

Durante o exercício de 2010 foi efectuada uma contribuição para o Fundo de Pensões no montante de 9.000 Euros, tendo sido subscritas 932 unidades de participação ao custo unitário de 9,66 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades com serviços passados e o financiamento existente no final dos exercício de 2005 a 2010 eram os seguintes:

	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2006	31-12-2005
Número de unidades de participação detidas	21.184	20.252	20.252	20.252	20.252	19.028
Valor de cada unidade de participação	9,65	9,29	8,53	9,30	8,78	8,25
Valor do Fundo	<u>204.526</u>	<u>188.118</u>	<u>172.790</u>	<u>188.395</u>	<u>177.818</u>	<u>157.076</u>
Responsabilidades	199.942	183.352	161.565	178.188	175.592	153.620
Excesso/(Insuficiência)	<u>4.584</u>	<u>4.766</u>	<u>11.225</u>	<u>10.207</u>	<u>2.226</u>	<u>3.456</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os excessos de financiamento, nos montantes de 4.584 Euros e 4.766 Euros, respectivamente, encontram-se registados na rubrica de balanço "Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" (Nota 3.9.).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander), apresentava os seguintes agregados contabilísticos:

	31-12-2010	%	31-12-2009	%
Obrigações	393.142	62,5%	464.874	73,5%
Fundos de investimento mobiliário	122.148	19,4%	93.832	14,8%
Fundos de investimento imobiliário	43.420	6,9%	42.458	6,7%
Disponibilidades	70.039	11,1%	25.942	4,1%
Outros activos e passivos	586	0,1%	5.420	0,9%
Valor do Fundo	<u>629.335</u>	<u>100,0%</u>	<u>632.526</u>	<u>100,0%</u>
Nº de UPs em circulação	65.184		68.095	
Nº de UPs detidas pela Companhia	21.184		20.252	

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	31-12-2010	31-12-2009
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	-
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(145.718)	(4.317.518)
Outros impostos a pagar	(3.326.849)	(2.768.412)
	<u>(3.472.567)</u>	<u>(7.085.930)</u>
Activos por impostos diferidos	5.753.542	5.237.579
Passivos por impostos diferidos	(614.205)	(630.510)
	<u>5.139.337</u>	<u>4.607.069</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos de passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Colecta	(5.714.958)	(6.853.452)
Derrama municipal e estadual	(864.393)	(411.207)
Tributações autónomas	-	-
Pagamentos por conta	6.608.325	3.268.815
Retenções na fonte	261.720	25.288
Imposto sobre o rendimento a recuperar / (a pagar)	290.694	(3.970.556)
Provisão para contingências fiscais	(436.412)	(346.962)
	<u>(145.718)</u>	<u>(4.317.518)</u>
	=====	=====
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efectuadas a terceiros	(2.369.445)	(1.961.465)
Outros impostos e taxas	(915.334)	(764.030)
Contribuições para a segurança social	(42.070)	(42.917)
	<u>(3.326.849)</u>	<u>(2.768.412)</u>
	=====	=====

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010				
	Saldo em	Ajustamentos	Variação em		Saldo em
	31-12-2009	de transição	Capital	Resultados	31-12-2010
		(Resultados)	Próprio		
De activos financeiros disponíveis para venda					
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	1.633.206	-	(147.080)	-	1.486.126
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	1.892.859	-	278.272	-	2.171.131
Acções BPI - Livres	771.771	-	274.534	-	1.046.305
Valor de Mercado - Obrigações vida com participação	188.931	(68.919)	1.615.231	(1.615.231)	120.012
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(147.110)	-	276.702	-	129.592
Passagem dos swaps a valor de mercado	(51.904)	18.934	-	-	(32.970)
Mais-valias não tributáveis afectas à provisão para participação nos resultados a atribuir	269.456	(98.293)	-	-	171.163
Diferença taxa efectiva - Valor de aquisição ajustado	51.483	(18.779)	-	-	32.704
Benefícios de Empregados (Fundo de Pensões)	(1.623)	592	-	-	(1.031)
Actualização da taxa nominal de imposto das Acções BPI	-	-	(59.482)	59.482	-
Incentivos de longo prazo	-	-	-	16.305	16.305
	<u>4.607.069</u>	<u>(166.465)</u>	<u>2.238.177</u>	<u>(1.539.444)</u>	<u>5.139.337</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	Saldo em 31-12-2008	Ajustamentos de transição (Resultados)	2009 Variação em		Saldo em 31-12-2009
			Capital Próprio	Resultados	
De activos financeiros disponíveis para venda					
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	1.868.175	-	(234.969)	-	1.633.206
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	2.300.517	-	(407.658)	-	1.892.859
Ações BPI - Livres	864.565	-	(92.794)	-	771.771
Valor de Mercado - Obrigações vida com participação	251.909	(62.978)	(213.453)	213.453	188.931
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	86.888	-	(233.998)	-	(147.110)
Passagem dos swaps a valor de mercado	(69.206)	17.302	-	-	(51.904)
Mais-valias não tributáveis afectas à provisão para participação nos resultados a atribuir	359.276	(89.820)	-	-	269.456
Diferença taxa efectiva - Valor de aquisição ajustado	68.643	(17.160)	-	-	51.483
Benefícios de Empregados (Fundo de Pensões)	(2.164)	541	-	-	(1.623)
	<u>5.728.603</u>	<u>(152.115)</u>	<u>(1.182.872)</u>	<u>213.453</u>	<u>4.607.069</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Impostos correntes	6.579.352	7.264.659
Impostos diferidos	1.705.908	(61.338)
	-----	-----
Total de impostos em ganhos e perdas	8.285.260	7.203.321
	=====	=====
Resultado antes de impostos	28.963.162	27.272.085
Taxa efectiva de imposto	28,61%	26,41%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		28.963.162		27.272.085
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,83%	8.349.317	26,50%	7.227.103
Diferenças permanentes a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital disponíveis para venda	-0,07%	(21.408)	-0,12%	(33.507)
Benefícios fiscais	-0,05%	(13.384)	-0,05%	(14.829)
Excesso de estimativa de impostos do ano anterior	-0,09%	(25.203)	0,06%	17.762
Outros	-0,05%	(15.555)	0,00%	-
Diferenças permanentes a acrescentar:				
Prémios de seguros e contribuições	0,03%	7.714	0,00%	-
Reintegrações e amortizações não dedutíveis	0,01%	1.786	0,00%	1.085
Multas, coimas e juros compensatórios	0,01%	1.452	0,02%	5.707
Outros	0,00%	541	0,00%	-
Imposto imputado ao exercício	28,61%	<u>8.285.260</u>	26,42%	<u>7.203.321</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2010 e 2009, a taxa nominal de imposto da Companhia, incluindo a taxa de derrama municipal e estadual, foi de 29% e 26,5%, respectivamente (Nota 3.10).

Em resultado da inspecção tributária ao exercício de 2006, a Companhia recebeu uma liquidação adicional de IRC no montante de 430.891 Euros, essencialmente decorrente do facto das Autoridades Fiscais terem entendido que as retenções na fonte efectuadas por terceiros relativas aos rendimentos pagos aos produtos “unit-linked” não são dedutíveis na esfera da Companhia. A Companhia procedeu ao pagamento de 105.367 Euros em 2009. Por não concordar com o entendimento da não dedutibilidade na esfera da Companhia das retenções na fonte efectuadas por terceiros relativas aos rendimentos dos activos afectos a produtos “unit-linked”, decidiu proceder à impugnação judicial desta liquidação e à prestação da correspondente garantia pelo montante remanescente (325.524 Euros).

No exercício de 2009, a Companhia foi objecto de inspecção fiscal ao exercício de 2007. No seguimento do procedimento já adoptado no âmbito da inspecção fiscal anterior, as Autoridades Fiscais corrigiram a matéria colectável apurada pela Companhia, no montante de 318.657 Euros, respeitante à anulação da dedução efectuada relativa às supra referidas retenções na fonte respeitantes ao exercício de 2006, mas reconhecidas contabilisticamente como proveitos apenas no exercício de 2007. Da correcção em causa resultou a emissão, em 2009, de uma liquidação adicional de IRC no montante de 89.450 Euros, contra a qual, e por não concordar uma vez mais com o entendimento preconizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia preparou a respectiva contestação, apresentada no exercício de 2010 e, não tendo pago o montante adicional liquidado pelas Autoridades Fiscais, prestou a respectiva garantia bancária, aguardando-se a resolução do processo, à semelhança do relativo ao exercício de 2006. A respectiva provisão foi também reconhecida em 2010.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, com a redacção aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efectuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 28), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efectuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correcções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios susceptíveis de serem objecto de inspecção seja significativa para as demonstrações financeiras.

24. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 acções, com o valor nominal de 1 Euro, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de Março de 2009 foi aprovada em Assembleia Geral da Companhia o aumento do seu capital social de 22.500.000 acções para 47.250.000 acções, mediante a emissão de 24.750.000 novas acções com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas pelo accionista único Santander Totta, SGPS, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A política de gestão de capital da Companhia é efectuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais do Instituto de Seguros de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Margem de Solvência, medida em função da cobertura por elementos patrimoniais elegíveis, das responsabilidades decorrentes da actividade desenvolvida pela Companhia, apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Elementos constitutivos	118.777.054	117.309.278
Elementos a constituir – ramo vida	(76.886.683)	(71.611.576)
Elementos a constituir – ramo não vida	(2.300.000)	(2.300.000)
	-----	-----
Excesso de Margem de Solvência	39.590.371	43.397.702
	=====	=====
Taxa de cobertura	150,00%	158,72%

25. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
- Fundos de Investimento Mobiliário	(12.434.477)	(13.129.149)
- Acções	(2.018.858)	(627.651)
- Obrigações	(1.947.510)	9.615.047
Provisão para participação nos resultados a atribuir – valias em obrigações	(3.540.109)	(8.480.997)
	-----	-----
	(19.940.954)	(12.622.750)
	=====	=====
Reservas por impostos diferidos		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 23)	5.604.980	3.366.803
	=====	=====
Reserva legal	12.258.684	10.251.808
	=====	=====
Resultados transitados	53.126.645	45.176.257
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reservas de reavaliação de fundos de investimento mobiliário e de acções foram determinadas da seguinte forma:

	<u>31 de Dezembro de 2010</u>		
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo médio de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>
FIM Multiobrigações	94.488.258	106.922.735	(12.434.477)
Acções BPI	2.621.527	4.640.385	(2.018.858)

	<u>31 de Dezembro de 2009</u>		
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo médio de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>
FIM Multiobrigações	104.960.774	118.089.924	(13.129.149)
Acções BPI	4.012.734	4.640.385	(627.651)

As "Reservas de reavaliação" reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda (Notas 3.2.a) iii) e 6). Não existiam activos financeiros disponíveis para venda em situação de imparidade em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Notas 3.2. e) e 6).

Nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

26. RESULTADOS POR ACÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o apuramento dos resultados básicos por acção pode ser apresentado como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado líquido do exercício	20.677.902	20.068.764
Número médio de acções em circulação no exercício (Nota 24)	47.250.000	41.062.500
Resultados básicos por acção	0,44	0,49

Não é aplicável o conceito de resultados por acção diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

27. DIVIDENDOS POR ACÇÃO

Em 2010 e 2009, foi deliberada a distribuição aos accionistas de dividendos relativos aos exercícios de 2009 e 2008 nos montantes de 10.111.500 Euros e 24.750.000 Euros, respectivamente, o que correspondeu a um dividendo por acção de 0,21 Euros e 1,10 Euros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)28. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2010 e 2009, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal
Banco Santander Consumer	Portugal

Membros do Conselho de Administração da Companhia

Pedro Aires Coruche de Castro e Almeida
 Maria Paula Toscano Figueiredo Marcelino
 Armindo Alberto Bordalo Escalda
 Joaquim Manuel de Oliveira Filipe
 Oscar Villoslada Montpart
 Jorge Moran Sanchez
 Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva (*)

Membros do Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias
 António Baia Engana
 Emídio de Jesus Maria

(*) - Nomeado pela Assembleia Geral da Companhia em 3 de Janeiro de 2011.

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 21.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são como segue:

	2010							
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Totta IFIC	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	PRODUBAN	Banco Santander Consumer
Activo								
Depósitos à ordem	310.649.608	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	181.994.674	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	1.324.078	-	-	-	137.099	5.179	5.209	-
Total do Activo	493.968.360	-	-	-	137.099	5.179	5.209	-
Passivo								
Passivos Financeiros	(14.000.000)	-	(59.760.059)	-	-	-	-	-
Contas a pagar	(24.493.863)	(298.254)	-	(8.974)	-	-	(144.000)	(12.910)
Total do Passivo	(38.493.863)	(298.254)	(59.760.059)	(8.974)	-	-	(144.000)	(12.910)
Ganhos e perdas								
Juros depósitos à ordem	621.622	-	-	-	-	-	-	-
Juros depósitos a prazo	6.573.915	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de mediação	(102.024.671)	-	-	(130.336)	-	-	-	(66.944)
Comissões de gestão	-	(1.199.754)	-	-	-	-	-	-
Comissões de liquidação	(13.269)	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de custódia	(1.354.422)	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de penalização de resgate	(134.484)	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	(275.665)	(144.000)	-
Renda	(205.192)	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	(79.532)	-	-	(1.016)	-	(2.374)	-	-
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	-	287.820	-	-	-
Total de Ganhos e Perdas	(96.616.033)	(1.199.754)	-	(131.352)	287.820	(278.039)	(144.000)	(66.944)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2009								
	Banco Santander Negócios Portugal	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Totta IFIC	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	Banco Santander Consumer
Activo								
Depósitos à ordem	110.882.061	117.175.721	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	146.485.633	48.530.244	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	376.734	713.491	-	-	-	28.752	-	-
Total do Activo	257.744.428	166.419.456	-	-	-	28.752	-	-
Passivo								
Passivos Financeiros	-	(14.000.000)	-	(72.886.440)	-	-	-	-
Contas a pagar	(341.501)	(50.174.878)	(297.116)	-	(91.995)	-	(219.645)	(5.373)
Total do Passivo	(341.501)	(64.174.878)	(297.116)	(72.886.440)	(91.995)	-	(219.645)	(5.373)
Ganhos e perdas								
Juros depósitos à ordem	924.827	(93.008)	-	-	-	-	-	-
Juros depósitos a prazo	5.188.791	670.930	-	-	-	-	-	-
Comissões de mediação	-	(99.197.786)	-	-	(173.392)	-	-	(5.373)
Comissões de gestão	-	-	(1.109.884)	-	-	-	-	-
Comissões de liquidação	(24.786)	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de custódia	(1.338.507)	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de penalização de resgate	-	(129.960)	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	(401.987)	-
Renda	-	(216.596)	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	(63.191)	-	-	(1.016)	-	(2.284)	-
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	-	-	955.513	-	-
Total de Ganhos e Perdas	4.750.325	(99.029.611)	(1.109.884)	-	(174.408)	955.513	(404.271)	(5.373)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	31-12-2010		31-12-2009	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Banco Santander Totta	1.019.473.038	4.184.687	599.185.937	1.103.826
Santander Issuances, S.A.	216.505.812	469.620	227.126.961	400.781
Santander Consumer Finance, S.A.	75.046.635	12.746	82.759.250	10.759
Santander International Debt, S.A.	58.006.071	136.633	72.727.112	139.426
Grupo Banesto	44.794.534	1.189.425	1.789.560	60.066
Santander Central Hispano Issuances, Ltd.	36.872.550	1.924.389	127.826.635	4.734.916
Abbey National, PLC	12.517.112	324.137	71.681.831	1.299.036
BSCH	2.170.702	123.405	11.239.370	130.840
Abbey National Treasury Services, PLC	-	-	180.220.674	254.328
Banesto Financial Products, PLC	-	-	45.637.826	1.152.833
Grupo Alliance & Leicester	-	-	10.454.195	69.152
	1.465.386.454	8.365.042	1.430.649.351	9.355.963

	Conta de ganhos e perdas					
	2010			2009		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Banco Santander Totta	18.140.087	(3.263.630)	(4.520.483)	4.548.243	2.496.234	14.875.876
Santander Central Hispano Issuances, Ltd	5.017.394	(1.115.169)	(1.843.365)	7.678.171	168.585	2.030.540
Santander Issuances, S.A.	3.236.438	52.936	(10.009.388)	5.212.520	374.054	34.378.867
Grupo Banesto	1.823.207	(18.130)	(1.703.575)	91.828	8.160	89.820
Abbey National Treasury Services, PLC	1.603.438	(596.217)	-	3.538.559	68.328	4.558.833
Abbey National, PLC	1.349.864	919.756	(276.601)	1.863.560	25.881	5.313.506
BSCH	1.104.800	(641.997)	(97.746)	1.110.025	-	(453.626)
Santander International Debt, S.A.	1.052.311	(200.188)	(4.680.846)	1.929.873	(22.566)	(1.086.215)
Santander Consumer Finance, S.A.	992.153	(47.740)	(552.365)	1.800.707	670.000	8.729.250
Banesto Financial Products, PLC	-	-	-	1.195.879	51.576	1.477.606
Grupo Alliance & Leicester	-	-	-	234.359	1.770	313.945
	34.319.692	(4.910.379)	(23.684.369)	29.203.724	3.842.022	70.228.402

As transacções e prestações de serviços com entidades relacionadas são efectuadas a preços de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)29. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	59.253.480	60.368.067
Outros custos de aquisição	496.889	704.029
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	42.652.202	38.734.155
Custos imputados (Nota 20)	1.877.298	1.809.828
De seguros não vida		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	317.310	275.337
Outros custos de aquisição	309.103	94.831
Custos de aquisição diferidos	(1.338.123)	(1.027.266)
Gastos administrativos (Nota 20)	2.493.312	2.552.516
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões	(8.560.503)	(15.082.752)
Participação nos resultados	(4.060.722)	(6.185.612)
Acidentes pessoais	(121.557)	(106.221)
	=====	=====
	93.318.689	82.136.912

30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 28)	(134.484)	(129.960)
Outros gastos relativos ao ramo vida	(20.733)	(9.253)
Bonificação por resgates e anulações	71	757
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	6.311	15.101
	=====	=====
	(148.835)	(123.355)

31. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Restituição de impostos	(118.202)	(67.025)
Ganhos em outros activos tangíveis	3.733	4.100
Ganhos e perdas actuariais (Nota 22)	7.413	10.511
Multas e penalidades	-	(200)
Outros rendimentos e gastos não correntes	(29.490)	20.437
	=====	=====
	(136.546)	(32.177)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)32. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<u>Activo</u>		
Seguros	37.222	23.882
Outros custos diferidos	4.642	4.112
	-----	-----
	41.864	27.994
	=====	=====
<u>Passivo</u>		
Acréscimos de custos relativos a comissões	634.364	638.618
Prémios de desempenho a pagar a colaboradores (Nota 21)	519.741	454.529
Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	306.510	300.490
Juros a liquidar de passivos subordinados	2.209	2.016
Outros acréscimos de custos por natureza:		
Contratos de manutenção informática	352.843	186.266
Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	339.529	436.203
Fornecimentos e serviços externos	51.128	203.934
	-----	-----
	2.206.324	2.222.056
	=====	=====

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês:		Dez/10		Empresa de Seguros:		Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A		Nº de identificação:		1156		Ident. do resp. pela informação:		Vitor Pescada		Valores em Euros			
																Anexo 1			
CÓDIGO		IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		DESIGNAÇÃO				Quantidade		Montante do valor nominal		% do valor nominal		Preço médio de aquisição		Valor total de aquisição		Valor de balanço	
																		Total	

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
PTCPPUOE0030	ST otta Prem Perf+II	272 655	13 632 750	100,00	50,00	13 632 750	50,65	13 811 169
	...							
	sub-total					1 012 967 067		1 023 657 725
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total							
	sub-total	3 205 858 844	1 014 251 304			1 012 967 067		1 023 657 725
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	3 205 858 844	1 014 251 304			1 012 967 067		1 023 657 725
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Abbey 4.625% 2011	7 825	7 825 000	101,73	1 017,33	7 960 607	1 033,78	8 089 366
	Banesto 3.5% 01/16	18	1 800 000	92,82	92 820,00	1 670 760	94 737,99	1 705 284
	Banesto 4% 08/05/12	43 300	43 300 000	99,91	999,10	43 261 030	1 022,60	44 278 675
	Sant Float 27/10/13	22	1 100 000	100,00	50 000,00	1 100 000	48 881,52	1 075 393
	Sant. Inet.FRN 27/16	623	31 150 000	100,00	50 000,00	31 150 000	44 977,14	28 020 758
	Sant.Consumer 28/16	1 682	84 100 000	86,54	43 269,34	72 779 035	44 625,08	75 059 381
	Santan 6% 03/14/11	34 745	34 745 000	104,24	1 042,39	36 217 942	1 045,37	36 321 476
	Santan Float - 11	465	23 250 000	95,43	47 715,03	22 187 489	47 549,38	22 110 462
	Santan Float 05/11	342 222	2 056 754	137,25	8,25	2 822 895	6,51	2 227 465
	Santan Float 11	2	100 000	96,31	48 155,00	96 310	49 973,03	99 946
	Santan Float 13	31	1 550 000	99,38	49 688,55	1 540 345	48 075,54	1 490 342
	Santan Float 17	2 017	100 850 000	89,86	44 929,98	90 623 762	44 882,22	90 527 442
	Santan Float 2017	2 021	101 050 000	91,70	45 852,38	92 667 688	45 015,90	90 977 134
	Santan FRN 14/06/13	100	5 000 000	90,52	45 260,00	4 526 000	47 518,83	4 751 883
	Santander 17-12	292	14 600 000	100,65	50 326,70	14 695 397	45 754,77	13 360 394
	Santander Float 11	2 500	2 500 000	96,67	966,67	2 416 667	990,18	2 475 462
	Santander Inter Debt	588	29 400 000	100,00	50 000,00	29 400 000	46 694,33	27 456 266
	...							
	sub-total	438 453	484 376 754			455 115 907		450 027 128
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	438 453	484 376 754			455 115 907		450 027 128
	total	3 206 297 297	1 498 628 058			1 468 082 974		1 473 684 853
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	B. Esp. Santo, S. A.	38 115			3,52	134 346	2,88	109 771
	BPI No/r	1 892 799			2,45	4 640 385	1,39	2 621 527
	Brisa	14 720			4,85	71 463	5,22	76 824
	Mota Engil	33 020			3,50	115 635	1,74	57 554
PTBES0AM0007								
PTBPI0AM0004								
PTBRI0AM0000								
PTMEN0AE0005								

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
PTPTCOAM0009	P. Telecom -No Em-95	6 500			10,07	65 458	8,38	54 470
PTSNCOAM0006	SonaeCom - SGPS, SA	81 129			1,86	151 218	1,35	109 524
	2.1.1.2 - Títulos de participação	2 086 283	0			5 178 506		3 029 670
	sub-total							
	2.1.1.2 - Títulos de participação	0	0			0		0
	sub-total							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTYSACL00003	E-F Acções Defensivo	34 272			29,91	1 024 997	28,99	993 701
PTYSANLM0006	E-F Banca e Seguros	56 538			28,72	1 623 599	14,97	846 588
PTYSAML00007	E-F Telecomunicações	75 397			9,67	728 954	8,67	653 726
PTYSAPLM0004	Euro Futuro Cíclico	40 313			32,84	1 323 937	31,87	1 284 781
PTEXICEM0007	Explorer - II	88			18 345,47	1 614 401	25 249,12	2 221 922
PTEXIAEM0009	Explorer 1	9			25 794,91	230 214	26 158,90	233 463
PTSELAIE0007	FI I - Imosocial	36 155			6,64	240 008	6,72	243 106
PTSELDIM0004	FIIF Imosaúde	278 162			10,30	2 863 759	11,13	3 095 860
PTNOFJIM0009	Ibéria FEI Imobiliár	199 999			5,35	1 069 295	3,21	642 957
PTNOFCIM0006	Logística e Distrib.	38 260			6,27	240 013	6,18	236 544
PTYSBBLM0009	Multicrédito	73 763			5,15	379 700	4,97	366 294
PTYSATLM0000	MultiObrigações	18 194 514			5,88	106 922 735	5,19	94 488 258
PTYSAJLM0002	MultiTesouraria	285 378			10,78	3 075 963	10,79	3 079 924
PTYIMBHM0004	Novimovest	4 551			7,03	32 006	7,15	32 533
PTYSAXLM0004	Sant. Acções USA	714 312			4,65	3 322 751	4,37	3 123 911
PTYMCBLM0004	Sant.Acções América	536 472			3,36	1 800 118	3,57	1 913 889
PTYSADLM0008	Sant.Acções Europa	696 731			4,01	2 793 995	3,67	2 558 846
PTSAFLM0006	Sant.Acções Portugal	70 028			27,89	1 953 162	23,40	1 638 685
PTYSBOLM0004	Santander Global	427 688			5,74	2 455 246	6,00	2 566 174
PTYSBRLM0001	Seleção Acções	152 932			3,81	582 953	3,24	495 099
PTNOFAIM0008	Vision Escritórios	30 470			4,73	144 158	4,52	137 794
	2.1.1.4 -Outros	21 946 032	0			134 421 964		120 854 057
	sub-total							
	2.1.1.4 -Outros	0	0			0		0
	sub-total	24 012 315	0			139 600 470		123 883 727
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE4OE0040	OT 3.2% Abril 2011	1 887 500 000	18 875 000	101,90	0,01	19 232 992	0,01	19 248 578
PTOTESOE0017	OT 3.35% 10/15/15	11 183 400 000	111 834 000	96,42	0,01	107 830 883	0,01	100 972 004
PTOTEOOE0017	OT 3.6% 15/10/2014	2 670 000 000	26 700 000	102,93	0,01	27 482 964	0,01	25 188 063
PTOTEIOE0019	OT 4.375% Junho 2014	1 705 000 000	17 050 000	102,78	0,01	17 523 256	0,01	16 890 459
PTOTECOE0029	OT 4.8% 15/06/2020	18 577 000 000	185 770 000	98,79	0,01	183 513 670	0,01	167 146 812
PTOTEKOE0003	OT-5% 15 Junho/2012	3 581 500 000	35 815 000	103,03	0,01	97 058 754	0,01	96 562 572
PTOTEJOE0006	OT-5.155% 06/15/2011	550 000 000	5 500 000	106,14	0,01	36 901 567	0,01	37 029 030
PTOTEYOE0007	PGB 3.85% 15/04/2021	222 500 000	2 225 000	88,39	0,01	1 966 655	0,01	5 674 455
PTOTENOE0018	PGB 4.1% 04/15/37	178 000 000	1 780 000	82,78	0,01	1 473 465	0,01	1 798 690
PTOTESOE0007	PGB 4.45% 15/06/2018	8 628 500 000	86 285 000	98,74	0,01	85 198 163	0,01	1 295 035
PTOTENOE0027	PGB 4.75% 14/06/2019	2 173 000 000	21 730 000	98,01	0,01	21 298 260	0,01	78 047 678
PTOTEAQE0021	PGB 4.95% 25/10/2023	470 000 000	4 700 000	86,02	0,01	4 042 978	0,01	19 761 426
PTPBTDGE0012	PORTB 0% 02/18/11	165 000	165 000	98,45	0,01	162 443	0,01	3 960 182
PTPBTOGE0019	PORTB 0% 18/11/2011	12 300 000	12 300 000	96,34	0,96	11 850 312	1,00	164 239
PTPBTYGE0017	PORTB 0% 19/08/2011	300 000	300 000	97,40	0,97	292 188	0,96	11 802 711
PTPBTINGE0010	PORTB 0% 23/09/2011	1 600 000	1 600 000	96,58	0,97	1 545 220	0,98	292 693
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos	61 248 765 000	626 709 000		0,97	623 211 689	0,97	1 548 384
	sub-total							587 383 012
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos	0	0			0		0
	sub-total							0

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBCSKOM0019	BCP 2.375 18/01/2012	10	500 000	99,80	49 899,00	498 990	47 132,19	471 322
PTBCLSOE0018	BCP 3.75% 17/06/2011	23	1 150 000	102,08	51 041,00	1 173 943	49 583,12	1 140 412
XS0372738483	BCP FI FRN 27/06/16	623	31 150 000	100,00	50 000,00	31 150 000	41 452,14	25 824 683
XS0388471392	BCP Finance Bank PLC	588	29 400 000	100,00	50 000,00	29 400 000	41 716,41	24 529 251
PTBCPUOM0010	BCP Float 28/03/2013	10	500 000	99,71	49 853,00	498 530	42 009,64	420 096
XS0278435226	BCPN FLOAT 12/16	30 691	30 691 000	91,32	913,22	28 027 621	720,40	22 109 927
PTBLMXOM0019	BES 3.875% 21/01/15	36	1 800 000	99,74	49 870,50	1 795 338	42 331,34	1 523 928
PTBLMGOM0002	BES 5.625% 05/06/14	125	6 250 000	99,99	49 993,82	6 249 228	45 102,74	5 637 842
XS0171467854	BES Finance 5.58%/49	20 000	20 000 000	62,61	626,09	12 521 800	525,48	10 509 529
PTBLMWOM0002	BES Floater 25/02/13	20	1 000 000	97,80	48 902,00	978 040	41 979,58	839 592
XS0174443449	BPI Cap Fin Float 49	45 300	45 300 000	85,64	856,45	38 797 100	578,61	26 210 958
PTBP15OM0005	BPI Float 04/07/2011	5	250 000	97,10	48 550,00	242 750	48 927,69	244 638
PTBB5VOM0004	BPI Float 25/01/2012	48	2 400 000	99,23	49 613,54	2 381 450	46 672,36	2 240 273
PTBPM9OM0001	BPIPL Float 04/17	40	2 000 000	81,77	40 885,00	1 635 400	36 637,19	1 465 488
PTBRIHOM0001	Brisa 4.5% 12/16	503	25 150 000	99,19	49 595,41	24 946 490	47 662,94	23 974 458
XS0160043328	CGD - EMTN Serie 237	19 600	19 600 000	59,77	597,69	11 714 664	720,77	14 127 183
XS0160043757	CGD - EMTN Serie 238	31 000	31 000 000	60,83	608,29	18 857 135	710,77	22 034 015
PTCG16OM0004	CGD 4.375% 13/05/13	218	10 900 000	100,93	50 464,37	11 001 233	47 628,90	10 383 101
PTCG2AOM0009	CGD 4.455% 20/08/17	10 000	10 000 000	100,00	1 000,00	10 000 000	788,87	7 888 738
PTCGG3OM0006	CGD Float Dec/2017	125 000	125 000 000	99,89	998,85	124 856 873	877,84	109 729 625
PTCGH1OM0006	CGD FRN 27/06/2016	642	32 100 000	100,00	50 000,00	32 100 000	42 147,14	27 058 463
XS0192377538	Cimpor Fin4 5% 05/11	1 400	1 400 000	100,50	1 005,00	1 407 000	1 026,57	1 437 198
PTCG1LOM0007	CXGD 5.125% 19/02/14	153	7 650 000	101,83	50 913,38	7 789 747	48 383,49	7 402 674
XS0195376925	CXGD Float 06/49	57 000	57 000 000	84,53	845,32	48 183 400	500,15	28 508 617
XS0230957424	CXGD Float 49-15	35 000	35 000 000	82,43	824,25	28 848 800	495,10	17 328 489
XS0221295628	Edp Finance 3.75% 15	34 470	34 470 000	100,85	1 008,51	34 763 220	972,30	33 515 139
XS0256997007	ELEPOR 4.625% 6/16	11 850	11 850 000	99,35	993,49	11 772 857	973,91	11 540 785
XS0435879605	ELEPOR 4.75% 09/16	1 000	1 000 000	104,03	1 040,30	1 040 300	953,63	953 633
XS0238493646	Espan Float 2015	8 397	8 397 000	99,50	995,00	8 355 015	914,86	7 682 063
PTMOCHOE0007	Modelo Contin. 08/12	334 000	3 340 000	99,91	9,99	3 336 962	10,02	3 347 760
XS0215828830	Port Tel 3.75% 03/12	2 250	2 250 000	101,86	1 018,64	2 291 949	1 036,85	2 332 912
PTPTICOE0008	PTCL Float 10/12	678	678 000	100,25	1 002,50	679 694	998,31	676 857
XS0214446188	REFER 4% 03/16/15	192	9 600 000	99,58	49 789,50	9 559 584	46 587,02	8 944 708
PTRELAOM0000	RENEPL 6.375% 12/13	5	250 000	110,96	55 480,00	277 400	53 497,12	267 486
	...							
	sub-total	770 877	599 026 000			547 132 512		462 301 820
	sub-total	61 249 535 877	1 225 735 000			1 170 344 201		1 049 684 833
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
ES0113900J37	Banco Santander SA	8 406			10,14	85 241	7,93	66 643
	...	8 406	0			85 241		66 643
	sub-total							
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	...	0	0			0		0
	sub-total							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0256880153	Allianz RCM EUR EQ-I	365			994,25	362 901	1 349,78	492 670
LU0216467257	DB Platinum Comm I1C	3			20 043,61	67 186	19 520,90	65 434
LU0274211217	DB X-Trackers 7Six50	11 804			29,65	349 989	28,72	339 011
LU0377127013	Fortis L Opportuniti	14			9 205,10	130 252	10 596,27	149 937
LU0234682044	GS Europe Core Eq I	19 545			8,44	164 963	9,22	180 208
LU0129440714	JPM European Eq E	18 045			11,07	199 760	12,52	225 925
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2 353			1 172,07	2 757 344	0,00	0
GB00B2QWD268	M&G AMERICAN A HDG	18 250			9,12	166 418	10,35	188 973
IE0032212957	Opt Strat Us EquityA	448			157,30	70 547	0,00	0
LU0119433141	Pioneer Em Mark Eq I	4 564			9,86	45 000	9,49	43 311

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
LU0271484684	Schroders US Large C	4 306			83,42	359 207	94,17	405 496
IE00033868377	Tukan Fund-B - Eur	22			132,19	2 889	85,50	1 869
	...	79 720	0			4 676 455		2 092 834
	sub-total							
	2.2.1.4 -Outros	0	0			0		0
	sub-total	88 126	0			4 761 696		2 159 477
	sub-total							
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
BE00000303124	BGB 4.25% 09/28/14	496 000 000	4 960 000	107,74	0,01	5 343 778	0,01	5 263 659
FR0108354806	BTNS 3% 01/12/11	5 900 000	5 900 000	102,04	1,02	6 020 221	1,03	6 074 439
FR0110979186	BTNS 4.50% 07/12	1 320 000	1 320 000	107,37	1,07	1 417 322	1,08	1 419 051
IT0004448863	BTPS 3.75% 12/13	15 500	15 500 000	100,43	1 004,26	15 566 030	1 013,01	15 701 676
IT0004220627	BTPS 4% 15/04/2012	750	750 000	100,94	1 009,44	757 080	1 024,29	768 219
IT0004365554	BTPS 4.25 04/13	265	265 000	99,23	992,26	262 949	1 036,19	274 590
IT0003618383	BTPS 4.25% 08/14	2 845	2 845 000	102,96	1 029,56	2 929 096	1 042,75	2 966 623
IT0004284334	BTPS 4.25% 15/10/12	645	645 000	101,51	1 015,10	654 738	1 032,98	666 270
IT0003357982	BTPS 4.75% 02/13	3 550	3 550 000	104,20	1 042,00	3 699 100	1 054,90	3 744 890
IT0001278511	BTPS 5.25% 01/11/29	20 000 000	200 000	106,19	0,01	212 388	0,01	201 649
IT0003268973	BTPS Strp 01/08/30	25 000 000	250 000	30,35	0,00	75 870	0,00	84 193
IT0001247144	BTPS Strpb 0 11/14	1 285 000 000	12 850 000	60,53	0,01	7 777 963	0,01	11 194 920
IT0001464186	BTPSR 0 05/01/31	17 410	17 410 000	22,89	228,86	3 984 531	317,54	5 528 371
IT0001246799	BTPSR 0 11/01/23	2 717 000 000	27 170 000	33,20	0,00	9 019 493	0,00	12 989 678
IT0001247193	BTPSS 01/05/2017	110 000 000	1 100 000	78,19	0,01	860 054	0,01	841 016
IT0001247243	BTPSS 01/11/2019	200 000 000	2 000 000	67,69	0,01	1 353 780	0,01	1 316 680
FR0010163329	CADES 3.625% 04/15	6 700	6 700 000	101,55	1 015,50	6 803 850	1 078,03	7 222 788
DE0001142032	DBR 0% 07/2027	175 000 000	1 750 000	43,28	0,00	757 397	0,01	960 453
DE0001143147	DBR 07/04/11	1 395 000 000	13 950 000	84,47	0,01	11 783 007	0,01	13 914 707
DE0001135432	DBR 3.25% 04/07/2042	65 000 000	650 000	101,16	0,01	657 540	0,01	638 759
DE0001135267	DBR 3.75% 01/04/15	10 000 000	100 000	97,07	0,01	97 065	0,01	111 951
DE0001135192	DBR 5% 01/04/12	450 000 000	4 500 000	107,39	0,01	4 832 685	0,01	4 925 066
DE0001135184	DBR 5% 07/04/11	40 000 000	400 000	105,11	0,01	420 440	0,01	418 463
DE0001142263	DBRR 0% 04/2037	300 000 000	3 000 000	29,95	0,00	898 380	0,00	1 200 360
DE0001142222	DBRR 0% 07/04/13	110 000 000	1 100 000	84,28	0,01	927 111	0,01	1 073 710
FR0000570756	FRANCE OAT 10/25/11	17 600 000	4 400 000	83,39	0,21	3 668 940	0,25	4 375 360
FR0010809426	France OAT Strp 32	4 400 000	1 100 000	39,62	0,10	435 864	0,11	466 279
FR0010172494	France OAT Strp 44	18 000 000	4 500 000	24,41	0,06	1 098 450	0,07	1 184 175
FR0010011148	FranceOAT 0 25/10/13	2 100 000	2 100 000	82,71	0,83	1 736 805	0,96	2 022 468
FR0000578536	FRTR 0 25/10/32	4 800 000	4 800 000	39,32	0,39	1 887 552	0,42	2 008 656
FR0010163543	FRTR 3.5% 04/15	75 000	75 000	97,25	0,97	72 934	1,08	81 259
FR001012052	FRTR 4% 10/25/14	4 800 000	4 800 000	105,69	1,06	5 072 988	1,09	5 221 978
FR0000187874	FRTR 5% 10/25/11	10 885 000	10 885 000	102,25	1,02	11 130 018	1,04	11 357 682
FR00000187361	FRTR 5% 10/25/16	1 250 000	1 250 000	109,97	1,10	1 374 575	1,14	1 428 244
FR0000187387	FRTRR 0 10/25/16	14 000 000	14 000 000	68,85	0,69	9 638 720	0,86	12 058 340
FR0000570939	FRTRR 0% 10/25/19	31 280 000	31 280 000	54,87	0,55	17 162 344	0,74	23 272 946
FR0000570855	FRTRS 0% 04/25/16	14 000 000	3 500 000	67,44	0,17	2 360 400	0,22	3 081 820
FR0000570988	FRTRS 0% 10/25/20	17 200 000	4 300 000	53,29	0,13	2 291 590	0,18	3 082 240
FR0000578544	FRTRS 0% 10/25/26	36 000 000	9 000 000	37,36	0,09	3 362 040	0,14	4 872 960
NL0000103034	Nether 07/15/11	15 880 000	15 880 000	84,40	0,84	13 402 720	1,00	15 829 978
NL0006173015	NETHER 4% 01/15/11	1 000 000	1 000 000	102,47	1,02	1 024 740	1,04	1 039 156
NL0000102606	Nether 5% 07/15/11	5 723 000	5 723 000	105,32	1,05	6 027 303	1,05	5 988 025
NL0000102671	Nethers Gov 07/15/12	1 330 000	1 330 000	108,33	1,08	1 440 755	1,09	1 445 920
FR0010112532	OAT Strp 25/10/2014	810 000	810 000	86,59	0,87	701 379	0,93	756 240
ES0000012338	SPGB 07/30/12	3 750 000	3 750 000	81,53	0,82	3 057 525	0,95	3 560 025
ES00000120L4	SPGB 3.9% 10/31/12	3 900	3 900 000	103,97	1 039,69	4 054 786	1 013,06	3 950 917
ES00000120Z4	SPGB 4.1% 30/04/2011	1 500	1 500 000	101,76	1 017,57	1 526 355	1 030,16	1 545 244

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
ES00000121H0	SPGB 4.25% 01/14	15 200	15 200 000	102,84	1 028,40	15 631 680	1 046,91	15 912 990
ES0000012098	SPGB 4.75% 07/2014	170 500 000	1 705 000	108,61	0,01	1 851 732	0,01	1 774 788
ES0000012452	SPGB 5.35% 10/11	5 665	5 665 000	107,52	1 075,20	6 091 025	1 026,44	5 814 769
	...							
	sub-total	7 780 676 930	281 318 000			203 215 087		231 634 640
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.2.2.3 - De outros emissores							
DE000A07R7K7	Allianz 5% 06/03/201	10	500 000	99,57	49 784,00	497 840	55 235,64	552 356
XS0203977722	Amura II Float 10/11	10 000	10 000 000	79,89	798,90	7 989 040	983,60	9 835 977
XS0190400381	Argon Jersey06/22/15	162 881 613	46 265 056	101,09	0,29	46 770 596	0,27	44 753 099
XS0283483807	Art Five 127 TI	61	4 837 925	97,59	77 395,72	4 721 139	64 732,56	3 948 686
XS0190288448	Art Six Serie 2 2011	172 782 111	49 066 422	99,05	0,28	48 598 415	0,28	47 588 108
XS0193944765	ATLANTIA SPA /11	20	2 000 000	94,52	94 520,00	1 890 400	100 084,49	2 001 690
XS0237197974	Aura 2005-1 1881 12	450	22 500 000	97,68	48 840,85	21 978 382	41 732,07	18 779 430
XS0236528971	Aura 9 B1	650	32 500 000	94,32	47 159,08	30 653 400	41 917,07	27 246 093
ES0312360003	AYT Cedulas 4% 04/14	15	1 500 000	99,13	99 134,00	1 487 010	97 927,95	1 468 919
XS0215823369	BAC 4% 03/23/15	783	39 150 000	97,98	48 991,58	38 360 408	50 346,16	39 421 047
XS0186317417	BAC 4.625% 02/18/14	39 895	39 895 000	99,82	998,19	39 822 737	1 050,96	41 927 962
XS0495946310	BACR 3.5% 03/15	300	300 000	99,89	998,91	299 673	1 034,40	310 321
XS0165867226	BACR 4.875% 03/13	3 000	3 000 000	103,84	1 038,39	3 115 182	1 066,12	3 198 369
XS0099099581	BACR 5.25% 07/11	49	4 900 000	106,80	106 800,00	5 233 200	101 065,89	4 952 229
ES0213679022	Bankinter 5.7% 12/12	503	3 023 090	108,39	6 514,38	3 276 734	5 824,32	2 929 635
XS0125133644	Barclays 5.75% 03/11	37 215	37 215 000	113,19	1 131,88	42 122 887	1 042,44	38 794 507
XS0234568854	Barclays CLN 12/12	350	35 000 000	89,58	89 579,23	31 352 730	73 560,80	25 746 280
XS0540506077	BBVA 2.75% 10/09/12	20	1 000 000	99,85	49 923,50	998 470	49 483,19	989 664
XS0427109896	BBVA 3.625% 05/12	1 000	1 000 000	99,92	999,22	999 220	1 022,19	1 022 191
XS0271771239	BBVASM Float 16	106	5 300 000	89,08	44 538,11	4 721 040	46 375,14	4 915 765
ES0413211055	Bbvm 4.25% 07/14	14	1 400 000	100,84	100 836,43	1 411 710	101 759,45	1 424 632
DE000A0KAH03	BHH 3.75% 08/30/12	1 200	1 200 000	96,79	967,92	1 161 504	1 259,124	1 259 124
XS0525490198	BNP 2.875% 13/07/15	200	2 000 000	99,57	995,65	199 130	1 016,74	203 348
XS0159590610	BNP 5.1/4 12/17/12	1 470	1 470 000	104,88	1 048,78	1 541 704	1 046,67	1 538 601
FR0000187999	BNP 5.25% 11/09/13	3 522	3 522 000	103,40	1 034,00	3 641 748	1 057,32	3 723 893
FR0000187437	BNP 5.4% 02/28/13	2 800	2 800 000	107,19	1 071,94	3 001 428	1 085,82	3 040 294
FR0000186793	BNP 5.7% 05/15/12	4 800	4 800 000	110,30	1 102,98	5 294 304	1 065,82	5 115 955
FR0000187098	BNP 5.8% 10/30/12	12 484	12 484 000	110,17	1 101,71	13 753 713	1 057,83	13 205 962
XS0240718717	BPI Float 19/01/2011	34	1 700 000	99,45	49 725,00	1 690 650	49 799,91	1 693 197
XS0326869665	BYLAN 5.75% 10/17	400	20 000 000	99,47	49 736,50	19 894 600	49 237,62	19 695 047
ES0214950059	Calamm 6.25% 04/12	118	11 800 000	115,00	115 003,90	13 570 460	101 554,79	11 983 466
XS0173790469	Camifer 4.5% 07/13	65	6 500 000	100,00	100 003,72	6 500 242	89 983,29	5 848 914
XS0324305548	Capital Limited 157	20	1 000 000	97,17	48 583,10	971 662	27 828,40	556 568
XS0231508085	Cars II 20/09/2015	1	500 000	102,50	512 500,00	512 500	415 800,00	415 800
FR0000494700	CCCI 4.5% 2011	3 900	3 900 000	100,00	1 000,00	3 900 000	1 039,22	4 052 939
FR0000488793	CCCI 5.875% 04/12	2 935	2 935 000	108,38	1 083,75	3 180 810	1 084,33	3 182 511
FR0010271148	GFF 3.375% 01/18/16	23 940	23 940 000	93,76	937,55	22 445 049	1 045,49	25 028 985
XS0223780155	CHECRD Var09/13	1 300	1 300 000	95,10	950,98	1 236 280	1 047,60	1 361 880
XS0226062981	Cit 3.5% 08/05/15	320	320 000	99,80	998,03	319 371	985,92	315 494
XS0285991021	CitiGroup 02/14/17	22	1 100 000	100,00	50 000,00	1 100 000	52 622,84	1 157 702
XS0213590093	CitiGroup 10/03/2015	500	50 000 000	100,00	100 000,00	50 000 000	103 587,27	51 793 635
XS0200238649	Citigroup 4.435% 14	195	19 500 000	100,08	100 078,97	19 515 400	102 955,86	20 076 393
XS0198111667	Citigroup 4.67% 14	185	18 500 000	100,00	100 000,00	18 500 000	104 718,56	19 372 933
XS0180032103	Citigroup 4.75% 2013	26 850	26 850 000	100,66	1 006,59	27 026 913	1 042,38	27 987 818
XS0308948040	City Vol Jul 17	10	1 000 000	99,33	99 332,00	993 320	100 834,94	1 008 349
XS0226137403	Cloverie Float 07/25	11	2 750 000	100,00	250 000,00	2 750 000	236 823,13	2 605 054
XS0241369577	CRDIT 3.95% 02/16	467	23 350 000	91,47	45 733,30	21 357 450	48 837,26	22 807 001
XS0322918565	CRDIT 5.75 09/17	300	300 000	100,59	1 005,85	301 755	998,81	299 644
XS0126157287	CRDIT 6% 03/16/11	14 380	14 380 000	102,31	1 023,14	14 712 762	1 039,46	14 947 372

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS0143731445	CRDIT 6.1% 02/12	3 300	3 300 000	109,58	1 095,80	3 616 132	1 080,28	3 564 914
XS0212401920	CRDIT Float 02/15	2 787	27 870 000	100,26	10 025,79	27 941 887	9 297,92	25 913 312
XS0130171159	GRDSUI 6.375% 06/13	2 600	2 600 000	120,99	1 209,90	3 145 740	1 100,17	2 860 439
XS0472310860	CS Float 01/07/13	120	120 000	100,59	1 005,86	120 703	1 004,22	120 506
DE0003933263	DB 5.125% 01/31/13	42 130	42 130 000	101,88	1 018,79	42 921 784	1 088,08	45 840 646
DE000A0TU0305	DB 8% 05/29/49	500	500 000	79,59	795,90	397 950	1 062,69	531 346
DE000A0DME01	DEU PF 3.75% 04/15	13 984	13 984 000	93,43	934,35	13 065 904	1 039,85	14 541 310
DE0003356911	DEU PF 6% 09/14/15	19 771	19 771 000	111,27	1 112,75	22 000 120	1 148,26	22 702 205
DE0009279042	Deut Post 5.125% 12	2 800	280 000	104,23	104,23	291 844	106,81	299 059
FR0010231357	DEXMA 3.125% 09/15	23 955	23 955 000	92,66	926,58	22 196 170	1 010,35	24 202 852
DE0001397040	DPB 4.5% 10/13/14	56	5 600 000	107,25	107 250,00	6 006 000	104 303,30	5 840 985
DE0001396638	DPB 5.95% 12/2011	4 100	4 100 000	104,02	1 040,19	4 264 782	1 023,02	4 194 390
DE0001397081	DPB Float 11/15	200	200 000	98,00	980,00	196 000	902,98	180 595
XS0208905173	Earls Eight 15/12/15	147	14 700 000	100,00	100 000,00	14 700 000	92 378,71	13 579 670
XS0202875943	Earls70H.52% 10/07	138	27 600 000	100,03	200 067,83	27 609 360	203 345,10	28 061 623
XS0495010133	EDP 3.25% 16/03/2015	1 000	1 000 000	99,42	994,16	994 160	951,12	951 121
XS0233976413	Eirles 196 7/11/15	35 700	35 700 000	98,79	987,89	35 267 786	554,32	19 789 314
XS0174318385	Eirles 4.45% 08/11	1 575	15 750 000	101,53	10 153,04	15 991 042	10 404,75	16 387 481
XS0289527243	Eirles altis 12/2016	2	158 316	100,00	79 158,15	158 316	72 070,83	144 142
XS0222588187	Eirles Friel Perp	260	26 000 000	93,49	93 485,38	24 306 200	94 813,64	24 651 548
XS0322976415	EOAGR 5.125% 10/12	9 100	9 100 000	101,02	1 010,24	9 193 150	1 073,14	9 765 532
DE000LB2WL3	ERST 3.625 05/2015	15 309	15 309 000	96,67	966,67	14 798 729	1 032,37	15 804 529
XS0431301703	ESFG 4.5% 31/05/2011	1 315	1 315 000	100,51	1 005,12	1 321 738	1 010,31	1 328 554
DE000EH0A2E9	EURHYP 3.25% 10/15	23 735	23 735 000	93,83	938,30	22 270 656	1 032,27	24 500 828
DE0004775960	Euro DM Cpn 0 03/11	350	1 789 522	71,86	3 673,97	1 285 889	5 097,07	1 783 974
BE0933514839	Fortis 5.757% 17	19 000	19 000 000	101,65	1 016,54	19 314 200	1 092,41	20 755 842
US38141GEE08	G. Sachs 5.35% 01/16	15 140	11 330 639	109,00	12 349,959	12 349 959	818,19	12 387 441
FR0000472326	Gazdf 4.75% 02/13	4 305	4 305 000	98,07	980,71	4 221 975	1 100,36	4 737 064
XS0260142988	Grand 20/07/2016	1 000	846 940	65,30	553,05	553 052	633,92	633 924
XS0211034540	GS 4% Feb 2015	25 313	25 313 000	91,33	913,34	23 119 284	1 034,24	26 179 797
XS0255244112	GS 4.5% 05/23/16	225	11 250 000	98,15	49 075,40	11 041 964	51 588,16	11 607 335
XS0184927761	GS 4.75% 01/28/14	28 051	28 051 000	100,68	1 006,75	28 240 400	1 075,61	30 171 832
XS0167154680	GS 5.125% 04/24/13	25 645	25 645 000	106,77	1 067,71	27 381 430	1 082,36	27 757 214
XS0275122165	GS Float 15/2014	7 725	7 725 000	100,02	1 000,20	7 726 545	939,24	7 255 648
XS0165449736	HBOS 4.875% 2015	29 400	29 400 000	102,53	1 025,30	30 143 927	985,06	28 960 828
XS0156924051	HBOS 5.5% 10/12	30 687	30 687 000	107,30	1 072,99	32 926 927	1 006,18	30 876 763
XS0159496867	HSBC 5.375% 12/12	11 695	11 695 000	105,81	1 058,07	12 374 101	1 045,41	12 226 036
XS0158876564	IBSAMP 5.375% 12/12	8 775	8 775 000	105,99	1 059,87	9 300 362	1 037,01	9 099 745
NL0000118784	Ing Bank 5.718% 02/11	8 100	8 100 000	103,12	1 031,16	8 352 399	1 050,22	8 506 775
XS0236243548	INTNED 3.5% 11/12	260	260 000	94,81	948,12	246 511	1 012,12	263 151
NL0000113140	INTNED 5.25% 01/13	3 000	3 000 000	104,95	1 049,54	3 148 630	1 085,93	3 257 785
NL0000119592	INTNED 5.5% 01/12	17 150	17 150 000	107,44	1 074,43	18 426 458	1 076,62	18 463 998
XS0124072389	Irish Life 6.25 02/11	739	7 390 000	101,64	1 016,68	7 510 957	10 247,95	7 573 232
XS0215743252	ISPM 3.875% 04/15	576	28 800 000	94,87	47 436,31	27 323 313	51 139,76	29 456 502
XS0231555672	JP Morgan Float /15	565	28 250 000	100,20	50 101,32	28 307 247	45 654,35	25 794 708
XS0335880463	JPM 5.25% 01/14/15	60	3 000 000	99,63	49 814,50	2 988 870	56 454,51	3 387 270
XS0311512288	JPM CPPI Jul 2015	150	7 500 000	100,00	7 500,00	7 500 000	58 774,70	8 816 205
XS0213425308	JPM Float 03/15	296	14 800 000	100,40	50 201,72	14 859 710	47 968,25	14 198 602
XS0261832942	Kommunal kredit 4/16	114	5 700 000	100,00	50 000,00	5 700 000	44 220,00	5 041 080
XS0194605006	LBBER 4.625% 06/14	12 900	12 900 000	99,32	993,24	12 812 796	1 098,51	14 170 809
XS0183944643	Leh 4.75% 01/16/14	3 700	3 700 000	108,32	1 083,22	4 007 919	190,00	703 000
XS0213899510	Lehman br. 4% 09/15	52 325	52 325 000	96,20	961,98	50 335 650	9 941 750	9 941 750
XS0145620281	lLOYD 5.875% 07/14	5 600	5 600 000	109,96	1 099,65	6 158 014	1 040,68	5 827 806
XS0177573937	Mer 4.625% 10/02/13	32 300	32 300 000	102,54	1 025,38	33 119 888	1 024,81	33 101 390
XS0284282356	MER Float 01/14	420	420 000	96,39	963,91	404 842	932,57	391 678
XS0273234137	MER Float 10/11	170	170 000	85,45	854,50	145 265	993,21	168 846

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS0189850125	Monet 1 Añ	20	10 000 000	77,55	387 770,00	7 755 400	501 356,00	10 027 120
XS0189850471	Monet 1 B	20	10 000 000	76,24	381 175,00	7 623 500	499 987,25	9 999 745
XS0235620142	Morgan Stanley 11/15	24 750	24 750 000	98,82	988,24	24 459 006	994,09	24 603 765
XS0276769444	MS VAR dec 2016	1 650	1 650 000	97,65	976,50	1 611 225	1 006,40	1 660 567
DE0005335483	MUNHY 4.25% 04/13	895	895 000	101,18	1 011,80	905 561	1 087,55	973 353
DE000NRW1X31	NRW 3.5% 11/16/15	23 390	23 390 000	95,36	953,56	22 303 770	1 048,85	24 532 624
XS0307772631	Prometheus Cap 29/12	114	4 079 216	100,00	35 782,65	4 079 222	31 896,61	3 636 214
XS0167127447	RBS 4.875% 04/22/15	22 420	22 420 000	103,18	1 031,82	23 133 321	984,69	22 076 854
XS0099026352	RBS 5.125% 06/30/11	17 400	17 400 000	106,00	1 060,01	18 444 224	1 025,98	17 851 983
XS0128842571	RBS 6% 05/10/13	14 200	14 200 000	113,80	1 137,95	16 158 904	1 048,06	14 882 516
XS0249260364	RBS Float 29/03/2011	1 500	1 500 000	97,27	972,69	1 459 037	994,54	1 491 813
XS0221493181	SNS Groep Float 12	500	5 000 000	99,13	9 913,00	4 956 500	9 207,21	4 603 603
XS0142908770	Socgen 5.625% 02/12	23 040	23 040 000	107,75	1 077,48	24 825 221	1 081,09	24 908 389
XS0131858838	Teleco 6.375% 06/11	1 700	1 700 000	104,82	1 048,16	1 781 872	1 056,47	1 795 996
XS0162867880	Telef 5.125% 02/13	19 850	19 850 000	99,47	994,73	19 745 312	1 098,60	21 807 248
XS0196578255	Telstra 4.75% 07/14	136	6 800 000	101,07	50 536,99	6 873 030	54 772,66	7 449 082
XS0312208407	TTIMFloat 07/13	10	500 000	95,38	47 690,07	476 901	48 791,81	487 918
XS0267703352	Uni Italiano 20/16	2 146	2 146 000	83,10	831,00	1 783 326	945,44	2 028 917
FR0010369637	Vivendi 03/11	87	4 350 000	97,01	48 506,90	4 220 100	50 172,07	4 364 970
XS0257808500	Vodafone Float 01/12	470	470 000	99,63	996,31	468 267	1 003,87	471 819
DE000WLB6ALO	Westlb 4.125% 06/16	5 850	5 850 000	98,59	985,90	5 767 515	1 088,78	6 369 385
XS0269268586	WM 4% 09/27/16	383	19 125 000	99,99	49 993,40	19 122 475	51 091,03	19 542 318
XS0324305621	Xénon 158	20	1 000 000	97,17	48 583,10	971 662	27 828,40	556 568
XS0339184706	XENON Capital 2016	45	4 500 000	41,38	41 380,80	1 862 136	68 288,20	3 072 969
XS0399102176	Xenon Capital#212 12	23 200	23 200 000	102,28	1 022,80	23 728 987	1 008,54	23 398 168
	...	sub-total	1 608 224 127			1 603 994 079		1 557 933 675
		sub-total	1 889 542 127			1 807 209 167		1 789 568 315
	2.3 - Derivados de negociação Swaps Futuros FRAs							
		sub-total	0	0		0		33 177 329
								111 151
								5 283 560
	2.4 - Derivados de cobertura							38 572 040
	...	sub-total	0	0		0		0
		sub-total	3 115 277 127			3 121 915 534		3 003 868 391
	3 - TOTAL GERAL	72 597 205 255	4 613 905 185			4 589 998 508		4 477 553 244

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2010
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.
 Nº de identificação: 1156
 Ident. do resp. pela informação: Vítor Pescada

Valores em Euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	20 939 802	8 452 205	8 887 779	-3 599 818
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	3 950	1 640	2 787	477
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				0
-RESPONSABILIDADE CIVIL				0
-OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
TOTAL	3 950	1 640	2 787	477
TOTAL GERAL	20 943 752	8 453 845	8 890 566	-3 599 341

NOTAS:

*Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Ano: 2010
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.
 Nº de identificação: 1156

Valores em Euros

Anexo 3

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - -prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	9 177	-	6 678	15 855
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				-
AUTOMÓVEL				-
-RESPONSABILIDADE CIVIL				-
-OUTRAS COBERTURAS				-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				-
CRÉDITO E CAUÇÃO				-
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS				-
TOTAL	9 177	-	6 678	15 855
RESSEGURO ACEITE				-
TOTAL GERAL	9 177	-	6 678	15 855

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano:	2010					Anexo 4	
Empresa de Seguros:	Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.					Valores em Euros	
Nº de identificação:	1156						
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos *	Prémios brutos adquiridos *	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldos de Resseguro		
SEGURO DIRECTO							
ACIDENTES E DOENÇA	1 589 137	1 585 245	15 855	626 413	(394 585)		
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-		
AUTOMÓVEL							
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-		
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-		
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-		
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-	-		
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-		
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-	-		
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-		
DIVERSOS	-	-	-	-	-		
TOTAL	1 589 137	1 585 245	15 855	626 413	(394 585)		
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-	-		
TOTAL GERAL	1 589 137	1 585 245	15 855	626 413	(394 585)		

NOTAS:
* Sem dedução da parte dos resseguradores

Relatório e Parecer
Do
Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas da **SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA (Companhia)**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2010.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão e a actividade desenvolvida pela **Companhia**, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como pela leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas, do Director Financeiro e ainda dos Directores de Coordenação de Orçamento e Controlo de Gestão e da Auditoria Interna do Grupo Santander Totta e obteve todos os esclarecimentos solicitados.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras (Balanço em 31 de Dezembro de 2010, Conta de Ganhos e Perdas, Demonstrações do Rendimento Integral e das Variações do Capital Próprio do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da **Companhia**, no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.



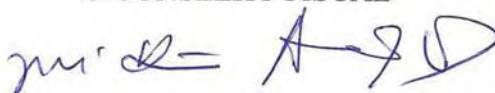
PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA**, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2010;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 30 de Março de 2011

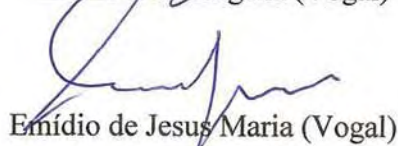
O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



António Baia Engana (Vogal)



Emídio de Jesus Maria (Vogal)

Certificação Legal
de
Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”, uma entidade detida integralmente pela Santander Totta – SGPS, S.A.), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 5.093.092.453 Euros e capitais próprios de 118.977.257 Euros, incluindo um resultado líquido de 20.677.902 Euros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das variações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (Nota 3).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira de 2010 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Relatório sobre a
Estrutura e
Práticas de governo societário

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais

1. O capital social da Santander Totta Seguros (STS) é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é directamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indirectamente dominante do Banco Santander Totta, SA.

2. As acções representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das acções nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
4. Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única accionista, inexistem, consequentemente quaisquer acordos parassociais.
5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 3º, nº 1 do Dec-Lei nº 225/2008, de 20 de Novembro, com referência ao artº 2º, al. G) mesmo diploma e ao art. 278º, nº 1, al. A) do Código das Sociedades Comerciais.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

A sociedade não teve, no decurso de 2010, Comissão Executiva.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

No âmbito do normal exercício da actividade, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o direito de os resolver na eventualidade de ocorrer a mudança de controlo accionista da sociedade, em linha com o que é corrente e comum no sector.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

7. *As principais áreas organizacionais da Seguradora são:*

- Técnica e de Gestão de Riscos - Assegura: a criação, a concepção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Seguradora, bem como promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios definidos pela Divisão Global de Seguros do Santander e Instituto de Seguros de Portugal;
- Produtos - Área que tem como objectivo assegurar a concepção de Produtos de Seguro, desenho, parametrização, documentação e implementação, em articulação com as áreas do Banco Santander Totta (BST);
- Comercial - Promove a dinamização comercial junto da Rede, de produtos e de campanhas. Articula com as diversas Direcções do BST, o estabelecimento de objectivos, planos de incentivos e campanhas e promove o seguimento do cumprimento dos mesmos. Assegura a difusão de melhores práticas ao nível da

rede comercial do BST com vista à prossecução dos objectivos negociados e da melhoria das assimetrias;

- Financeira - Assegura a fiabilidade contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos e os reportes às entidades reguladoras. Assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental, bem como a gestão de cobranças;
- Operacional - Nesta área é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco e gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja é efectuada toda a actividade operativa desenvolvida no Segurador;
- Controlo Interno – Coordena e promove a actualização permanente do Modelo de Controlo Interno (MCI) por mudanças organizativas, tecnológicas, normativas, novos produtos ou negócios, quer de acordo com os padrões previstos na Lei Sarbanes-Oxley (SOX) quer de acordo com os definidos pela Divisão Global de Seguros do Grupo Santander e pelo Instituto de Seguros de Portugal. Analisa e valoriza as incidências detectadas e efectua o seguimento dos planos de acção para a resolução das mesmas. Assegura o controlo interno dos riscos de mercado, de crédito e de liquidez;
- Qualidade – Promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervem nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações.

8. O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores

Destacam-se múltiplos Comités de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a actividade da companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções.

Comité de Direcção

Assegura a coordenação e dinamização da cooperação entre os vários serviços com competências em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, procedendo ao seguimento e monitorização da actividade global da Companhia.

Comité de Compliance

Procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efectivação das recomendações que daí sejam provenientes.

Comité de Investimentos

Gerir e monitorizar riscos de mercado e liquidez, estabelecer planos de contingência, promover estratégias de hedging, decidir posicionamentos estratégicos, de modo a otimizar a margem financeira e a rendibilidade dos capitais próprios.

Comité de Controlo Interno

Controlar o cumprimento dos limites de exposição a cada risco.

Monitorar o cumprimento do normativo interno e externo.

Identificar falhas no modelo de controlos e propor acções correctivas.

Comité de Qualidade

Análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identificar pontos de melhoria, bem como estabelecer Projectos de Melhoria de Qualidade e promover o seu seguimento.

Comité de Risco Tecnológico e Operacional

Estabelecer e acompanhar a implementação de medidas de controlo e mitigação do risco tecnológico e operacional.

9. A STS cumpre integralmente a norma 14/2005-R de 29/11/2005 do ISP relativa aos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno das Empresas de Seguros.

O Conselho de Administração é o responsável máximo da Gestão de Riscos na Santander Totta Seguros. As suas responsabilidades nesta matéria são as seguintes:

- Definir a estratégia global de riscos tendo em conta a evolução dos negócios e os objectivos de rentabilidade desejados que são orientados de acordo com o binómio risco / rentabilidade;
- Definir o apetite pelo risco mediante o estabelecimento de níveis de solvência objectivos;
- Definir a estratégia de investimentos e a política referente à disposição e apetite pelo risco da mesma para a tomada de posições no mercado dos seus investimentos a respeito das suas obrigações de passivo a cada momento;
- Aprovar as diversas políticas de Gestão de Riscos e garantir a sua adequação às actividades desenvolvidas.

O Conselho de Administração deve sempre assegurar uma adequada organização dedicada à gestão de riscos transversal a toda a organização e assegurar que esta se encontra dotada com suficientes e apropriados recursos.

O Gabinete de Gestão de Riscos é responsável pelo desenvolvimento e seguimento da Política de Gestão de Riscos.

Os objectivos da Gestão de Riscos da STS são os seguintes:

- Assegurar a continuidade do negócio da STS: O risco é um factor intrínseco ao negócio segurador, por via dos riscos intermediados, riscos financeiros, riscos biométricos e pelos riscos latentes nas operações (risco operacional). É de vital importância o estabelecimento de uma política de Gestão de Riscos adequada, transversal a todos os processos e estruturas da organização, de forma a permitir realizar a utilização eficiente do Capital Económico com base no binómio risco / rentabilidade.
- Apoiar o processo de tomada de decisões a nível estratégico: A política de Riscos encontra-se dotada de metodologias e métricas que permitam a medição dos requisitos de Capital Económico com distintos níveis de agregação, mostrando os efeitos da diversificação entre os diferentes negócios, permitindo a tomada de decisões estratégicas em termos de risco e rentabilidade.
- Construção eficaz do processo de criação de valor e optimização do uso do capital e sua rentabilidade: Nas actividades desenvolvidas estão implícitos riscos que não oferecem qualquer retorno, como é o caso dos riscos operacionais, os quais requerem práticas de mitigação eficientes.
- Assegurar a integridade da gestão de riscos nas nossas actividades e melhorar a eficiência mediante o estabelecimento e a monitorização de uma política de Gestão de Riscos.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de Riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, o Grupo procedeu à adopção de uma óptica transversal e de serviço comum a todas as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras directa ou indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A STS, à semelhança do Banco Santander Totta e do Grupo Santander Central Hispano, procedeu à adaptação do seu Modelo de Controlo Interno (MCI) às exigências das Directivas Europeias de Solvência e da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), norma que a Securities Exchange Commission (SEC) tornou obrigatória para as entidades cotadas nos Estados Unidos e que é das mais exigentes ao nível dos requisitos de um adequado e fiável Modelo de Controlo Interno.

O Gabinete de Controlo Interno e o Gabinete de Qualidade asseguram que as actividades de negócio estão a ser desenvolvidas em conformidade com os standards definidos no Modelo de Controlo Interno.

Este modelo exige uma completa documentação dos processos operacionais, com a descrição detalhada desde o início destes até ao registo do reflexo contabilístico, e a sua permanente actualização. No Modelo de Controlo Interno promove-se um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Cambial, Taxa de Juro, Liquidação, Operacional, Tecnológico, Cumprimento, Reputacional e Estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais.

Em particular no que concerne à preparação e divulgação da informação financeira em ambiente de controlo interno financeiro prossegue-se ao estabelecimento e à promoção de uma atitude colectiva de forma a atingir um efectivo controlo interno dos estados financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras credíveis.

O Departamento Financeiro é responsável pela preparação e divulgação da informação financeira. Este departamento acompanha o lançamento de novos produtos, as alterações dos normativos financeiros e contabilísticos e a publicação de novas normas.

Na preparação da informação financeira o departamento em conjunto com outras áreas da companhia tem implementado diversos procedimentos de controlo, nomeadamente, controlos de carteiras diários, processos de reconciliação de contas manuais e análise da informação financeira e de gestão.

Mensalmente são preparados relatórios de informação financeira que servem de base para a elaboração de relatórios internos que são analisados pela Comissão Executiva do Grupo.

Anualmente é elaborado um relatório sobre o Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno, o qual contempla uma descrição detalhada do acompanhamento efectuado pela função de gestão de riscos e pela função de auditoria interna no decurso do exercício a que se reporta o relatório, identificando as principais falhas e/ou fragilidades detectadas e as medidas tomadas no sentido de melhorar os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno implementados.

A implementação e efectiva aplicação das estratégias, políticas e processos identificados que formalizam os princípios de gestão de riscos e controlo interno da empresa de seguros devem ser objecto de apreciação por um revisor oficial de contas no âmbito dos trabalhos efectuados para a elaboração do relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial das empresas de seguros. Neste relatório o revisor oficial de contas inclui um parecer sobre a adequação dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, referindo eventuais falhas e/ou fragilidades detectadas e medidas tomadas no sentido de melhorar os sistemas implementados.

10. Função de Cumprimento

A sociedade tem organizada, de modo autónomo, a função de cumprimento, através da qual procede ao, seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

A função de cumprimento é exercida de forma partilhada com as demais entidades que integram o Grupo, em Portugal, é directa ou indirectamente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, SA, e está corporizada na Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC). O responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, com as atribuições que lhe são próprias:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, que reporta directa e exclusivamente à Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio;
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, que integra os quadros do Banco Santander Totta e se encontra, exclusivamente afecto ao exercício das funções transversais cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director;
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade da sociedade que solicite ou de que careça, bem como às suas instalações e equipamentos;
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas;
- A sociedade dispõe de um Código Geral de Conduta e de um Código de Conduta na Relação com os Clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à actuação das pessoas sujeitas e privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses.
- Está instituído um procedimento específico para aprovação de Novos Produtos, que visa garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que a comercialização opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento. Do mesmo modo e no quadro dos procedimentos estabelecidos, procede-se também ao seguimento das incidências relevantes detectadas na comercialização dos produtos, em ordem a avaliar o seu significado e, sendo o caso, introduzir medidas de superação ou mesmo decidir a suspensão ou termo da comercialização se as circunstâncias o justificarem.

Sem prejuízo de outros procedimentos, o exercício da função concretiza-se de forma particularmente intensa através do Comité de Compliance, que reúne regularmente em base mensal, e que procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento.

O Comité é presidido pelo Director de Cumprimento, nele participando a Administração da sociedade e diversas áreas de controlo e assessoria.

Para além de diversas atribuições, o Comité promove, designadamente, a superação de incidências ou deficiências que se verifiquem, determinando ou propondo, conforme os casos, as medidas julgadas adequadas para o efeito e impulsiona e controla a efectivação das recomendações com origem nas entidades de supervisão e auditorias externa e interna.

11. Função de Auditoria

A função de Auditoria Interna está corporizada na Direcção de Auditoria

A Auditoria Interna tem como missão supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, bem como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística, actuando com independência e de forma permanente.

Os estatutos orgânicos de Auditoria Interna encontram-se aprovados pela Comissão Executiva do Banco Santander Totta e publicados, conferindo a autoridade ao desempenho da função de auditoria, salvaguardando a necessária objectividade e independência relativamente às restantes áreas funcionais.

Mantém a Administração regularmente informada das conclusões do seu trabalho, proporcionando informação sobre os principais aspectos detectados que, de algum modo, possam pôr em causa o sistema de controlo interno existente, com detalhe das principais recomendações e seu adequado seguimento.

A política e funções da Auditoria Interna englobam-se numa perspectiva conjunta para todo o Grupo.

As funções básicas da Auditoria Interna são:

- Supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, assim como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística. Para tal, verifica que os riscos inerentes à actividade do Grupo estão adequadamente cobertos, em particular, os riscos contabilístico, de mercado (que inclui risco de taxa de juro e de câmbio), estrutural de balanço (que inclui o risco de liquidez), de crédito, operativo, (incluindo o adequado arranque dos produtos), de branqueamento de capitais, regulatório e reputacional;
- Verificar que as Unidades responsáveis por exercer os controlos sobre os Riscos cumprem com as suas responsabilidades e respeitam as políticas determinadas pela Administração, os procedimentos e a normativa interna e externa que sejam aplicáveis. Do mesmo modo, analisa a estrutura organizativa das mesmas e o adequado uso dos recursos humanos e meios materiais afectos;
- Efectuar investigações especiais, tanto por iniciativa própria como por solicitação da Administração;

- Realizar todos os relatórios das unidades auditadas e comunicar-lhes as recomendações emitidas como resultado das auditorias, estabelecendo um calendário de implementação e realizar um seguimento para verificar a implementação de tais recomendações.

O responsável pela função de auditoria interna é nomeado pela Administração do Banco Santander Totta, que lhe confere todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 28 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito e Riscos Operativos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior.

A Matriz de Riscos prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai.

Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último “rating” obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes factores, as Unidades do Universo são classificadas em Prioritárias, Preocupantes, A Vigiar, Normais e Não Preocupantes. Entre os requisitos Regulatórios, realizar revisões do projecto Basileia II e DMIF, e seguimentos mensais das sociedades off-shore. Adicionalmente as revisões das unidades incluem a análise e verificação dos processos SOX.



SEGUROS

